

CSVH

CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM

www.csvh.pt

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023



APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES, RELATÓRIO DE CONTAS, PARECER DO CONTABILISTA CERTIFICADO,
PARECER DO ROC - REVISOR OFICIAL DE CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS PELO ROC, PARECER DO CONSELHO FISCAL



Índice

00. INTRODUÇÃO	2
01. IDENTIDADE CORPORATIVA.....	6
01.1 Perfil Organizacional	8
01.2 Estratégia Corporativa.....	8
02. APOIO À GESTÃO	9
02.1. DGRH – Recursos Humanos.....	9
02.2 DSGPGQ.....	13
02.3 DGFC.....	15
03. ÂMBITO SOCIAL	16
04. ÂMBITO ECONÓMICO.....	19
04.1 Sustentabilidade financeira	19
04.2 Investimento	20
04.3 Análise Económica e Financeira	22
04.3.1 - Rendimentos	23
04.3.2 - Prestação de Serviços	25
04.3.3 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração	28
04.3.4 - Outros Rendimentos e Ganhos	30
04.4 - Gastos.....	31
04.4.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	32
04.4.2 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	32
04.4.3 - Gastos com Pessoal	34
04.4.4 - Gastos de Depreciação e de Amortização	35
04.4.5 - Perdas por Imparidade	36
04.4.6 - Outros Gastos e Perdas	36
04.4.7 - Gastos e Perdas de Financiamento	36
04.5 - Resultado Líquido do Exercício.....	38
04.6 - Indicadores económicos.....	39
04.7 - Proposta de Aplicação de Resultados	39
04.8 - Perspetivas Futuras - Uma abordagem fundamental.....	40
04.9 - Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional da Segurança Social.....	42
04.10 - Factos Relevantes.....	42
05. Conclusão	43
06. ANEXOS.....	45

00. INTRODUÇÃO

Ao longo do ano 2023 o Centro Social do Vale do Homem (CSVH) continuou a sua ação de integração e de diálogo com os seus colaboradores, utentes/famílias, o Estado e a sociedade civil. Exemplo disto foram as diversas solicitações de visitas institucionais, bem como as participações nas mais variadas conferências por parte dos nossos dirigentes e colaboradores.

Neste relatório gostaríamos de salientar que após aprovação das candidaturas a PRR, o ano de 2023 é o ano de arranque da execução das mesmas, mas também de fecho de outras importantes na gestão financeira da instituição (como os POISE), a estabilização do felizMENTELar, o fluxo migratório e outras perspetivas internas que norteiam os constituintes teóricos deste relatório.

Associado a esta singularidade de execução de projetos PRR, está o aumento desmesurado da inflação que inevitavelmente tem uma proporcionalidade direta às consequências económico-financeiras da Instituição em particular, do País em geral.

O presente documento está dividido em quatro grandes capítulos:

- Identidade Corporativa que apresenta a evolução da imagem institucional ao longo do ano 2023;
- Apoio à Gestão que apresenta os dados mais significativos em termos operativos do ano 2023;
- ÂMBITO SOCIAL que é o capítulo que apresenta o crescimento e expansão do CSVH em relação aos seus utentes e à comunidade em geral e que é o capítulo que incorpora a génese de toda a atividade do CSVH.

- Âmbito Económico que é a apresentação real da operacionalidade económico-financeira da instituição ao longo do ano 2023.

Apresentamos numa vertente de leitura gráfica e concisa a dinâmica operacional do CSVH em 2023.

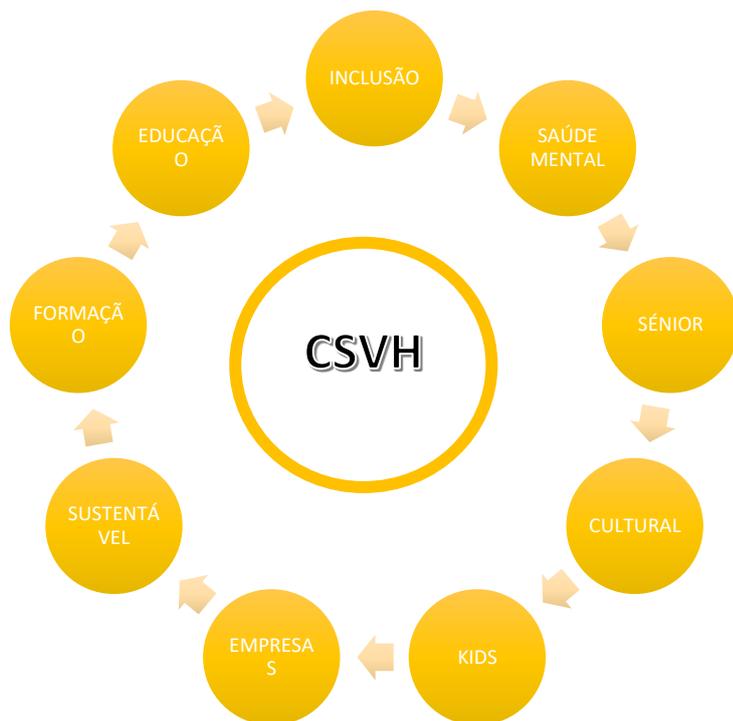


Tabela 1 - Listagem de abreviaturas

CA	Casa da Alegria
CAAvh	Centro de Apoio à Alzheimer do Vale do Homem
CACI	Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão
CC	Casa da Citânia
CD	Centro de Dia
CEM	Centro de Estimulação da Mente
CP	Clube dos Pequenos – Berçário e Creche
CRM	Centro de Reabilitação Motora
CS	Centro Social
CSVH	Centro Social do Vale do Homem
DSGPGQ	Departamento de Secretariado, Gestão de Projetos e Gestão da Qualidade
DGFT	Departamento de Gestão Financeira e Tesouraria
DGFC	Departamento de Gestão da Formação e Certificação
DGRH	Departamento de Gestão de Recursos Humanos
EAD – SM	Equipa de Apoio Domiciliário para Saúde Mental
Eco	Economato
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
FM	felizMENTElar
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
JTS	Jardim Terapêutico e Sensorial
LT	Lar das Termas
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
PAO	Plano de Ação e Orçamento
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência
QS	Quinta do Senhor
RAI	Residência de Autonomização e Inclusão
RAMo	Residência de Apoio Moderado
SAD	Serviço Apoio Domiciliário
SGQ	Sistema Gestão da Qualidade
VHS	Vale do Homem com Saúde

Tabela 2 - Listagem das áreas abordadas e seus estabelecimentos que compõem a informação deste relatório

Gestão	DGRH
	DGQFC
	DSCGP
	DGFT
	Economato
SAÚDE	Casa da Citânia – Saúde Mental
	Casa da Alegria – CEM
	felizMENTElar – CRM
SOCIAL	Direção de Serviços Sociais:
	CS – ERPI e SAD
	LT – ERPI e SAD
	CA – ERPI e CD
CULTURAL	FM – ERPI
	GFVH
	GCVH
	GTVH



Sobre este Relatório

É importante analisar o ano 2023 com um olhar crítico e analítico sobre as flutuações do próprio ano, que como já se previa no Plano de Ação e Orçamento, um ano envolto numa conjuntura de incerteza económico-financeira. Um ano onde, ainda, se verificam as consequências deixadas pela pandemia COVID-19 agravadas pela guerra entre as forças comerciais Rússia e Ucrânia, e que se agudizou pelo conflito israelo-palestino. Estas condicionantes têm proporcionalidade direta com o impacto nefasto na economia global e, particularmente, na Europa, pois estamos a falar de dois grandes conflitos: por um lado a guerra da Ucrânia e Rússia que acontece em território Europeu e que detêm o grande poder económico na exportação de metais, cevada e trigo; por outro lado o conflito na faixa de Gaza que não acontecendo na Europa, Israel é um país com laços políticos e económicos, o que inevitavelmente pesa nas negociações europeias e dos estados membros.

Ora vejamos se o cenário já era preocupante, com o incremento do conflito israelo-palestino o cenário é catastrófico para a estabilização da economia global.

Numa altura em que as economias europeias abrandam e em que se prevê apenas uma ligeira recuperação em 2024, Alfred Kammer, diretor do FMI para a Europa admite que "os riscos em torno das previsões aumentaram", pela guerra da Ucrânia causada pela invasão russa e pelo aumento das tensões no Médio Oriente entre Israel e o Hamas, afirmando que "As estimativas rápidas do Produto Interno Bruto [PIB] sugerem que as economias da área do euro abrandaram no terceiro trimestre, confirmando, de um modo geral, a nossa previsão de um abrandamento substancial do crescimento este ano, seguido de uma ligeira recuperação em 2024. No entanto, os riscos em torno das nossas previsões aumentaram".

É em torno desta inconstância económico-financeira Europeia, que analisamos a Ação de 2023 e, conseqüentemente, o Orçamento que resulta nas Contas vertidas neste relatório.

Através do DGQFC, em consonância com todos os departamentos, são atualizados com frequência as linhas orientadoras de ação, com base na análise e avaliação de risco efetuadas pelas ferramentas de avaliação da ação (análise swot, consulta de mercado e observação).

O presente relatório define e desenvolve os tópicos que consistentemente foram considerados mais relevantes em 2023, no qual foi adotado o fluxograma (figura1) utilizado para o tratamento de riscos e oportunidades, no âmbito da certificação SGQ, baseando-se nas etapas essenciais para a estruturação de qualquer relatório de análise.

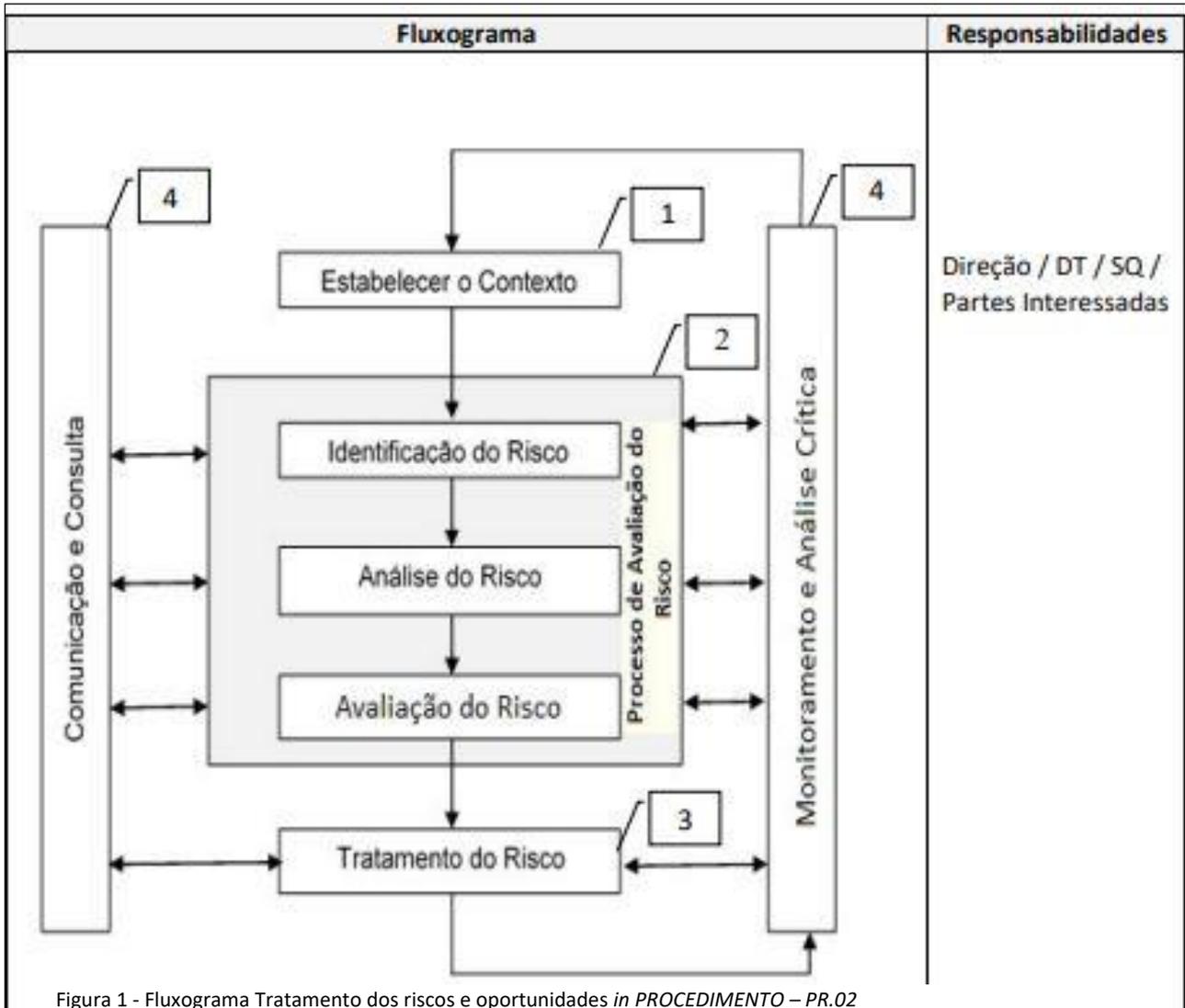


Figura 1 - Fluxograma Tratamento dos riscos e oportunidades in PROCEDIMENTO – PR.02

De acordo com o pressuposto e de acordo com o crescimento da instituição, em apenas 18 anos de vida, podemos garantir que a sustentabilidade é o pilar da intervenção de qualquer organização.

Conforme temos evidenciado, a nossa grande preocupação tem residido na sustentabilidade da nossa instituição. Para isso, temos proposto um conjunto de princípios, cujo principal pilar assenta no equilíbrio orçamental e na redução sucessiva de défices de exploração e na criação de novos rendimentos. A sustentabilidade assenta, assim, em princípios que vão mais além do que as questões ambientais, sendo que a sustentabilidade económica e financeira assume aqui

um papel decisivo nesta avaliação. Contudo, esta ideia de sustentabilidade não se esgota fora do âmbito de uma existência de políticas públicas, que se querem coerentes e contínuas no tempo, e numa ideia de afirmação social, cujo impacto afeta a vida de muitas famílias e de muitas instituições.

Esta ideia precisa, ao mesmo tempo, de assentar em princípios de rigor e de transparência.

Este é o modelo adotado e transversal a todas as áreas e departamentos do CSVH. Para a construção deste relatório cada coordenador/direção de cada área e departamento foi nomeado, de forma a fornecer a informação necessária e compilada, que segue esquematizada ao longo deste relatório.

01. IDENTIDADE CORPORATIVA

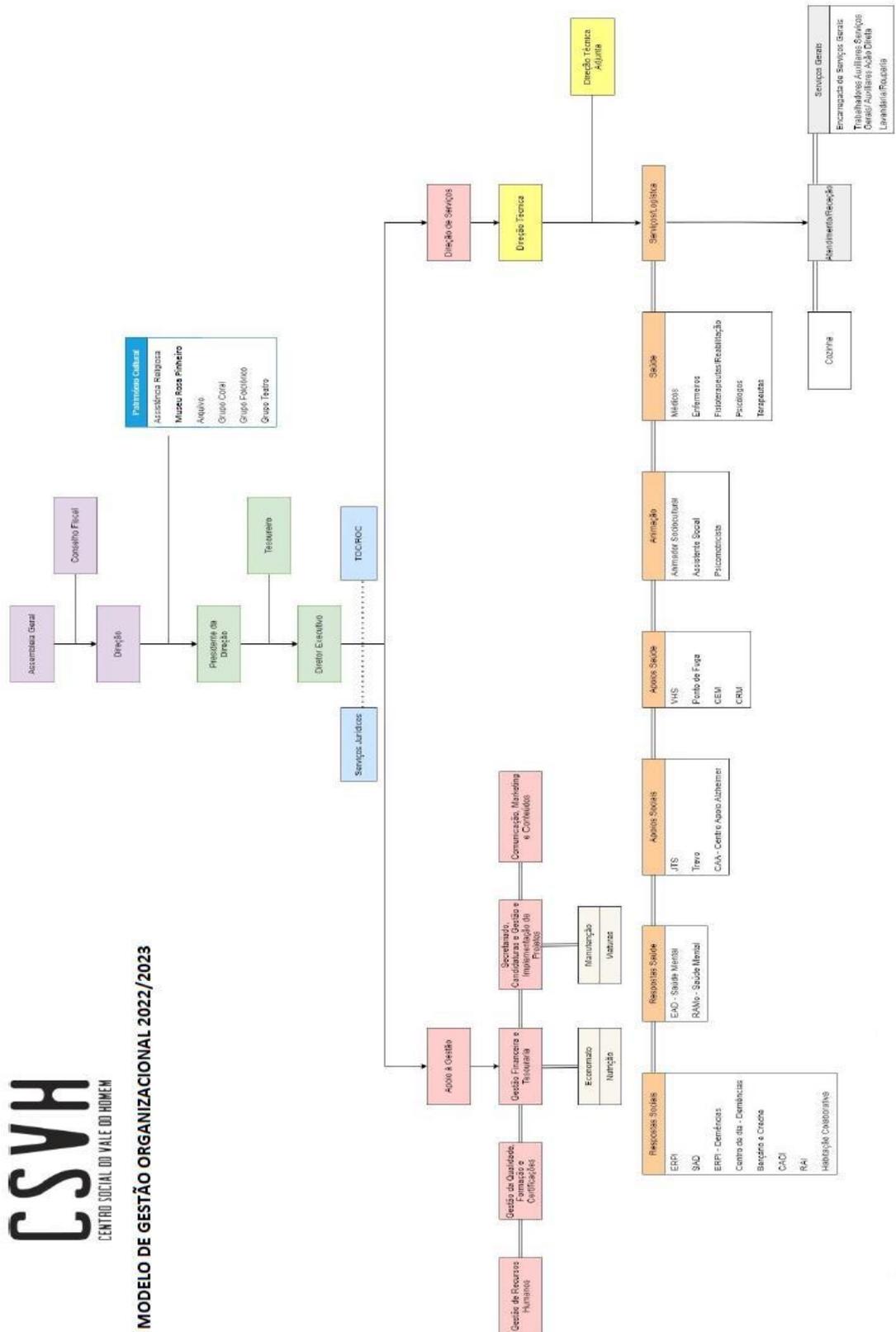
O Centro Social do Vale do Homem assume já uma identidade corporativa marcada pela presença substancial da marca CSVH no território. Esta identidade construiu-se ao longo dos anos não só pelas suas respostas assertivas e dinâmicas, mas também pela sua inovação inculcada em todos os seus desígnios.

Através da sua dinâmica organizacional apresenta uma variedade de projetos e respostas que colmatam as necessidades patentes na sociedade, designadamente respostas que conferem apoio efetivo às necessidades da população, são elas:

- Respostas residenciais para pessoas idosas com diferenciação na prestação de serviços, como: massagem, banho vichy, spa, piscina, entre outros.
- Serviços de proximidade com a população: Serviço de apoio domiciliário, Vale do Homem com Saúde, Ponto de Fuga, Equipa de Apoio ao Domicílio para a saúde Mental, entre outros.
- Serviços especializados em Saúde Mental, Demências e Alzheimer.
- Abertura de novas respostas sociais na área da infância e deficiência.
- Iniciativas públicas que contribuem para o conhecimento e crescimento das equipas profissionais das Instituições e/organizações privadas e públicas.

Esta dinâmica reflete-se pelo próprio organograma da instituição, que está estratificado de forma coerente e bem estruturada permitindo desenvolver um vasto conjunto de serviços, distribuídos por várias áreas, apresentadas de seguida no organograma.





01.1 Perfil Organizacional

O CSVH é uma IPSS e como tal pauta-se com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, desenvolvendo respostas que apoiem aqueles que, pela sua idade, condições sociais, de saúde ou financeiras não consigam ter uma vida digna e estável.

Baseamos a nossa intervenção nos Direitos Humanos e na sua consonância com os 17 ODS.



Metaforicamente o CSVH é como uma rede WiFi que ligam os diferentes stakeholders entre si, de forma a colmatar as necessidades da população. Tal como uma rede, o CSVH sustenta a atuação nas diversas informações e perspetivas da sociedade, proporcionando uma teia de conexões que fortalece o apoio social e promove a colaboração em prol do bem-estar comunitário.

Esta analogia destaca a importância da interconexão e comunicação para ambas as partes, salientando como o CSVH desempenha um papel vital na conectividade social e no atendimento às necessidades da comunidade.

É através deste desígnio que o CSVH se enraíza na comunidade, apostando na colmatação das lacunas existentes na sociedade, captando as necessidades

da população e promovendo uma resposta abrangente e solidária. Essa abordagem reflete não apenas um compromisso com a ligação entre os membros da comunidade, mas também uma sensibilidade para identificar e colmatar as lacunas sociais. Assim, torna-se um ponto vital, não só para proporcionar suporte, mas também para fortalecer os laços sociais e contribuir para um ambiente mais coeso e inclusivo.

Esta abordagem estratégica reflete o compromisso do CSVH em identificar as necessidades emergentes, implementar soluções eficazes que estejam alinhadas com sua visão e missão corporativas. Ao criar esta rede de apoio que transcende barreiras, o CSVH não apenas fortalece a sua posição como um agente de mudança social, mas também reforça a sua estratégia de ser um catalisador para o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua na qualidade de vida da comunidade que serve.

01.2 Estratégia Corporativa

Numa lógica de continuidade do trabalho já efetuado e de forma a mantê-lo sustentável e profícuo, o CSVH define a sua marca dando uma nova roupagem à imagem corporativa, criando dimensões da marca CSVH, a saber: CSVH Sénior, CSVH Kids, CSVH Inclusão, CSVH Educação/Formação, CSVH Saúde, CSVH Cultural e CSVH Sustentável. Além disso, mantém e alarga a implementação de um sistema de **Monitorização & Avaliação (M&A)** – CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PELA ISO 9001:2015.

Essas práticas não só evidenciam o compromisso contínuo com a excelência, como também refletem a procura constante pelo aperfeiçoamento e qualidade dos serviços prestados. Ao adotar uma abordagem baseada em padrões reconhecidos internacionalmente, a Instituição reafirma o seu compromisso com a eficiência, a transparência e a entrega de serviços de qualidade, garantindo que a atuação continue a atender e exceder as expectativas da comunidade que serve.

Assim, é apanágio do CSVH responder a todos os diferentes objetivos definidos aquando da elaboração do Plano de Ação.

Nesta feita, é condicionante de um relatório de atividades e contas apresentar todos os resultados obtidos ao longo do ano em análise. Ora vejamos, o CSVH tal como espelha o seu organograma define e divide o seu modelo organizacional em duas áreas, que se interrelacionam, mas que se definem diferentes: **Apoio à Gestão & Área Social**.

Neste entendimento é importante apresentar dados do trabalho realizado ao longo do ano 2023 pelos diferentes departamentos.

02. APOIO À GESTÃO

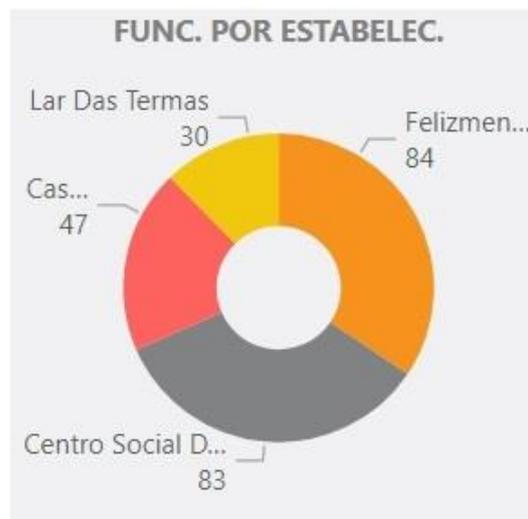
Esta implementação do **sistema M&A** desencadeou diferentes procedimentos de monitorização, avaliação e mudança internos e externos. **No modelo PDCA**, a instituição nos seus diferentes departamentos realiza metodicamente uma avaliação dos resultados e do impacto.

02.1. DGRH – Recursos Humanos

O departamento de RH é aquele que está a crescer de forma acentuada e proporcional ao longo dos anos. No mapa abaixo verifica-se o número total de



colaboradores (Ativos e Não Ativos do CSVH), por faixa etária e agrupados por estabelecimento.



Vários são os objetivos delineados para DGRH e como tal explanamos aqui os resultados obtidos ao longo do ano 2023.



AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES FACE AO CSVH

Após uma avaliação quantitativa destacam-se dados relevantes na importância da valorização dos recursos humanos, que à semelhança dos anos anteriores, foram analisadas dimensões que o CSVH considera fundamentais para o seu funcionamento:

Tabela 3 – 6 dimensões de avaliação dos colaboradores

Satisfação global dos trabalhadores;
Satisfação com a gestão de topo e intermédia e sistema de gestão;
Satisfação com as condições de trabalho;
Satisfação com o desenvolvimento da carreira e das competências;
Níveis de motivação;
Satisfação global dos trabalhadores;

Posto isto aferiu-se a taxa de participação dos colaboradores e satisfação para cada estrutura:

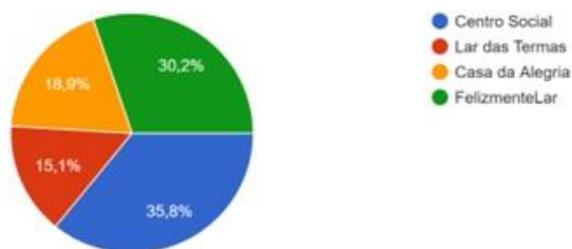


Figura 3 - percentagem de respostas por estabelecimento

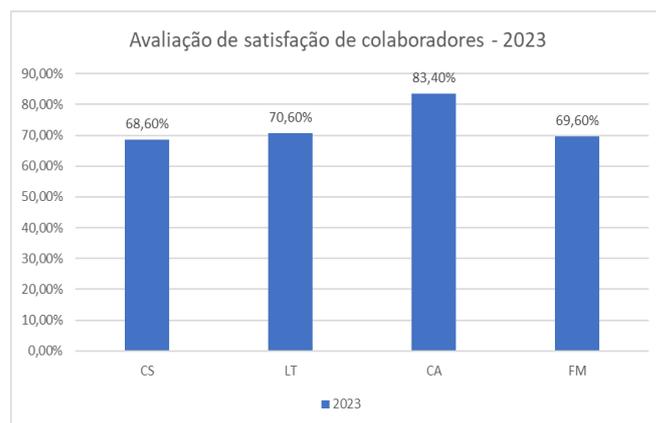
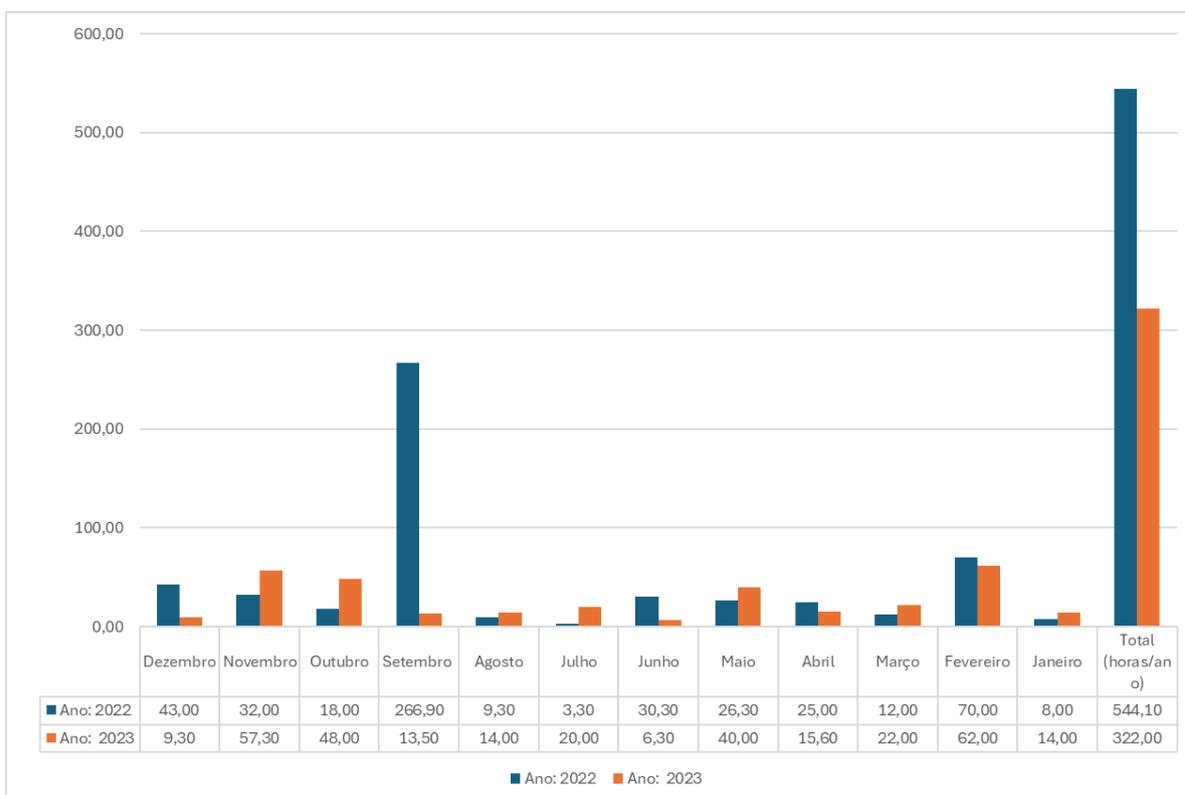


Figura 2 - Satisfação de Colaboradores/Estruturas

PLANO FORMATIVO

No âmbito da aplicação legal – artigo 131º do Código do Trabalho e porque a formação contínua dos colaboradores é também uma preocupação do CSVH. Para tal foi elaborado um plano de formação transversal e ajustado à realidade da atuação do CSVH. Verificamos um decréscimo do número de horas formativas em relação ao ano de 2022, tendo em conta que o CSVH iniciou um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) com o objetivo de proporcionar aos colaboradores um aumento das suas qualificações.



O DGRH para além das obrigações legislativas tem ainda a vertente colaborativa e de responsabilidade corporativa com os colaboradores. Como tal o CSVH desde a sua génese que dispõe vários benefícios para os colaboradores, de forma não só a reter o talento, mas também a tornar mais competitiva e aliciante laborar no CSVH. Deste modo, o ano 2023 foi marcado por novos benefícios aos colaboradores.

BENEFÍCIOS / ATIVIDADES TEAM BUILDING	ANO
Day-off	2014
Eleição colega do ano/estrutura – eleitos pelos colegas de cada estrutura (prémio monetários e regalias)	2014
Dia 1 de Maio – dia do colaborador	2014
Dia de São Martinho	2014
+ dias de férias por antiguidade	2017
Kit bebé – lembrança para as mães e papás do CSVH	2019
Descontos dos fornecedores/parceiros do CSVH alargado aos colaboradores	2020
Remuneração acima do SMN	2021
Atualizações salariais mais que 1xano	2022
Plano de Saúde & Seguro de Vida – pago pelo CSVH à Associação Mutualista Montepio	2023
Prémio Rosa Pinheiro (prémio monetário a 3 colaboradores que cumpram de forma exímia todos os deveres associados à sua atividade profissional)	2023

Esta aposta nos Recursos Humanos deve-se à conjuntura atual que se verifica no mercado profissional das IPSS – o nível de absentismo, a falta de mão de obra e a migração acentuada.

02.2 DSGPGQ

O ano 2023 pautou-se por reestruturações significativas em termos de departamentos no que concerne ao apoio à gestão. O DSGPGQ compilou o departamento da Qualidade. Assim, neste relatório apresentamos os resultados obtidos nestes dois departamentos, havendo um maior rigor na execução do modelo M&A.

AVALIAÇÃO DA MARCA CSVH

Aferir o grau de responsabilidade da marca CSVH é um importante desígnio para os órgãos Sociais. Desta forma, a intenção de alargamento do âmbito de certificação da Qualidade e manutenção do Certificado dom SGQ pela ISO9001 foi cumprido de forma rigorosa e exemplar.

Outro dos pressupostos para cumprir o escopo da responsabilidade social da marca CSVH com os seus stakeholders, foi a submissão da avaliação da marca. E de modo que a mesma fosse efetuada imparcialmente, através de inquéritos por telefone, realizados por uma empresa externa, os nossos stakeholders atribuíram as seguintes percentagens às mais diversas dimensões avaliadas:

DIMENSÕES AVALIADAS	SATISFAÇÃO PELA EXPERIMENTAÇÃO
PREÇO-QUALIDADE	
INTENÇÃO DE COMPRA RECOMENDAÇÃO	
CONFIANÇA NA MARCA	
INOVAÇÃO	

De acordo com estas dimensões de avaliação, identificamos pontos fortes e fracos da marca que nos permitem desencadear um processo de melhoria nestas dimensões, sendo um documento de reflexão para todos os departamentos orgânicos do CSVH.

Assim e de acordo com estes pressupostos, reuniram-se as unidades orgânicas que compõem os cargos executivos da Instituição de onde surgiu a *análise swot* e os Objetivos estratégicos explanados no **Plano de Ação e Orçamento 2024**.



	Satisfação Experimentação	Preço Qualidade	Intenção de Recomendação	Confiança na Marca	Inovação
2024	8,29	7,83	8,33	7,33	7,31
2023	8,41	7,75	8,48	6,76	6,85
2022	8,29	7,82	8,22	6,88	6,76

Para dar resposta ao desiderato da satisfação dos clientes e na melhor resposta aos serviços prestados, o DSGPGQ continua na vanguarda da elaboração a candidaturas, apostando na inovação de respostas às atividades típicas da organização.

PROJETOS & INVESTIMENTOS

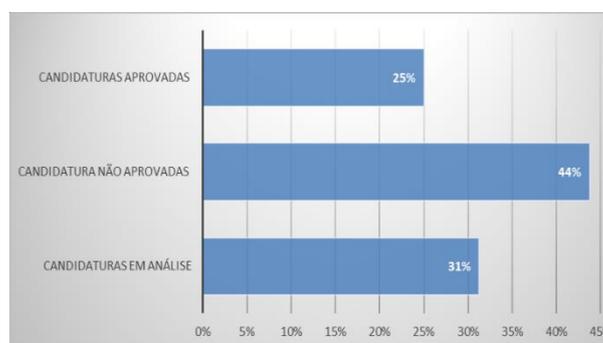
Nesta ótica o CSVH está atento aos projetos de investimento e financiamento públicos de forma a ampliar a nossa ação no âmbito da sustentabilidade.

No ano de 2023 estabelecemos o cumprimento de integração das metas definidas nos ODS nas tomadas de decisão, a fim de contribuir com o seu poder de inovação para um futuro mais sustentável e inclusivo, previsto no PAO 2023. Tem no seu ímpeto de ação a mudança gradual no que concerne à **sustentabilidade ambiental** da Instituição.

Assim, reflete-se no ano de 2023 um forte investimento em viaturas 100% elétricas, e, consequentemente, em postos de carregamento. No ano de 2023, podemos afirmar que a estrutura felizMENTELar está totalmente equipada com viaturas 100% elétricas, nomeadamente, na resposta SAD totalmente sustentável e amiga do ambiente. Este incremento responde ao slogan “Serviço de Apoio Domiciliário + PRÓXIMO + VERDE + INTEGRADOR + TECNOLÓGICO”, nomeadamente, a premissa +VERDE no que concerne às emissões CO2. Relativamente ao SAD do Centro Social e Lar das Termas a substituição da frota está a ser progressiva.

O ano de 2023 para o DSGPGQ foi um ano intenso de trabalho, uma vez que o PRR e o PT2020 que se perspetivavam inicialmente em 2022, acabaram por ser executados e finalizados, respetivamente, no ano de 2023. Para este departamento, apresentamos abaixo os resultados anuais:

Indicador	Nº
Candidaturas em análise	10
Candidatura não Aprovadas	14
Candidaturas Aprovadas	8
Total	32
Total de projetos financiados em 2023	5
Nº projetos iniciados em 2023	5
Nº de projetos a aguardar financiamento /financiamento parcial	10
Total	20



Como notas finais, o portfólio de projetos financiados em curso é vasto e abrangente relativamente às entidades financiadoras envolvidas, regulamentação associada, Unidades Operacionais e objetivos a que os mesmos se propõem. A lentidão na implementação dos mecanismos financeiros e na análise dos projetos por parte dos responsáveis públicos, apesar de comprometer a eficácia que se pretende neste tipo de iniciativas, não tem comprometido os resultados que têm vindo a ser conseguidos e que são reconhecidos pelas várias partes interessadas. Importa realçar que entre candidaturas apresentadas e projetos geridos por este departamento o valor de financiamento a título não reembolsável foi superior a 5M€ e comprometia um investimento global superior a 7M€.

02.3 DGFC

No que concerne a este departamento, em 2023 sofreu algumas alterações quer a nível de designação, quer a nível funcional ou a nível de recursos. Podemos afirmar que teve o seu início materializado com a certificação pela DGERT, iniciando um processo de candidatura a formações financiadas para o propósito. Para além disto, preconizaram na sua intenção o objetivo de concorrer Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).



03. ÂMBITO SOCIAL

Na área social os objetivos preconizados no PAO 2023 foram cumpridos, com a expansão das áreas de atuação quer a nível social, quer da saúde.

Esta expansão verifica-se e objetiva-se na formalização dos contratos de empreitada das estruturas – **Clube dos Pequenos & Casa Mãe**.

- O **Clube dos Pequenos** é a materialização da dimensão **CSVH Kids**, sendo o primeiro projeto para a infância com as repostas Berçário e Creche.
- A **Casa Mãe** é a materialização da nova dimensão **CSVH Inclusão**, sendo a primeira resposta para a Deficiência, com as respostas Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Residências de Autonomização e Inclusão.

Verifica-se, de igual modo, uma expansão no que concerne ao território, tendo em 2023 expandido a atuação da **Equipa de Apoio Domiciliário para a Saúde Mental (EAD – SM)** para o concelho da Póvoa de Lanhoso. Estamos aqui a expandir o CSVH Saúde, bem como a corporizar-nos na comunidade como entidade prestadora de serviços de saúde.

Neste modelo, na área social, a avaliação dos utentes é uma base importante e pertinente para a cronometragem das linhas a seguir, da ação e desenvolvimento da sua intervenção.

E como tal, o ano 2023 não foi diferente e o imperativo focal de manter e aumentar a satisfação dos atuais utentes é o predicado do CSVH.

Desta forma explana-se neste documento a satisfação dos utentes/famílias em relação à prestação dos nossos serviços.

Decorrendo de uma oportunidade de melhoria identificada na auditoria externa de 2023, para avaliação da satisfação dos clientes foi passado um questionário online e em formato de papel aos clientes (utentes ou familiares) de forma a avaliar a satisfação dos mesmos.

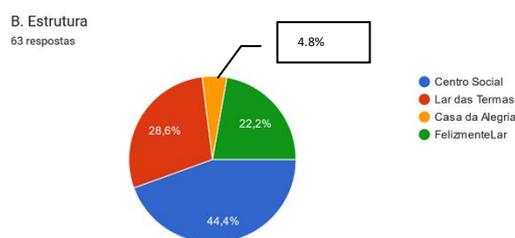


Figura 4 - percentagem de respostas por estrutura

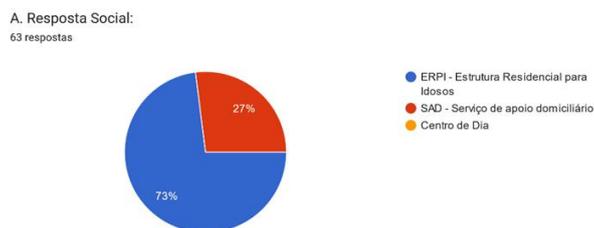


Figura 5 - percentagem de respostas por resposta social

Em termos de avaliação da satisfação dos clientes os resultados obtidos foram os seguintes:

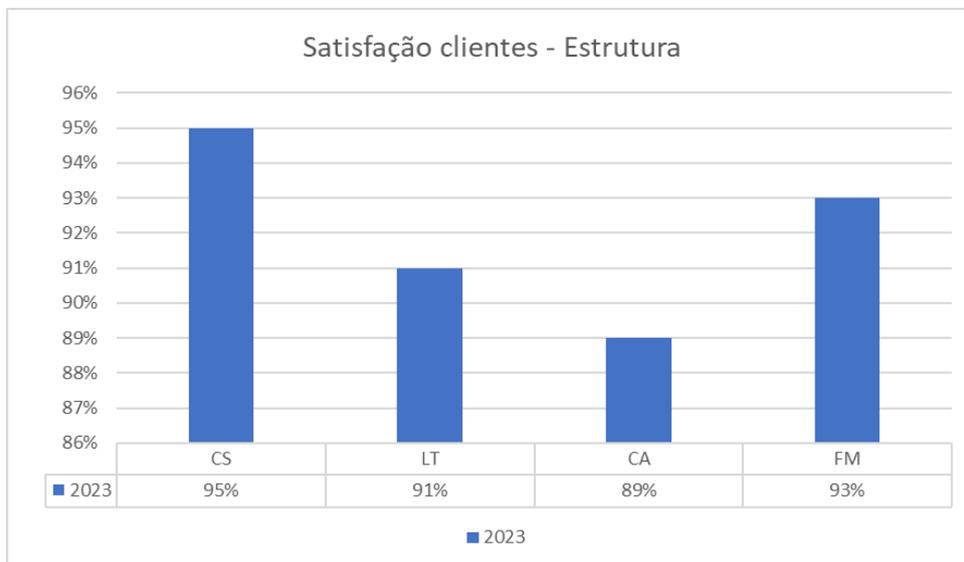


Figura 6 – Taxa de satisfação por Estrutura

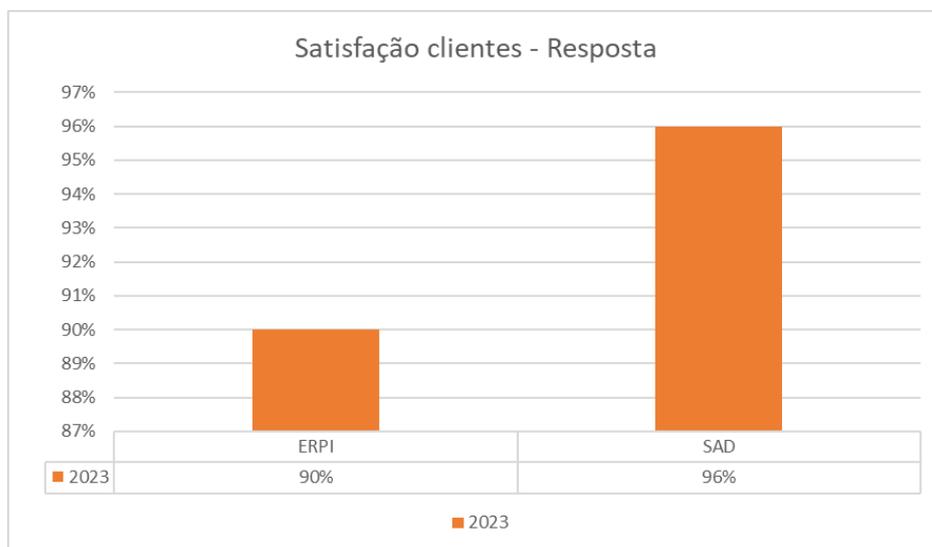


Figura 7 - Taxa de satisfação por resposta

Importa apresentar o índice de tendências da Avaliação de Satisfação dos Utentes/Familiares face aos serviços prestados pelo CSVH. Deste modo apresentamos a seguir o gráfico:



Consideram-se os dados relativos ao ano de 2023 bastante satisfatórios. Os valores mantêm-se acima dos 80%. Realçamos que em 2022 recorremos à avaliação realizada pelo Prémio 5 Estrelas relativamente à satisfação dos utentes/clientes no que concerne aos serviços prestados pelo CSVH, por esse motivo não se afigure o resultado no gráfico acima, pelo facto da escala de avaliação ser diferente.

Promover a prestação de serviços sociais ajustados às necessidades de cada cliente/utente, humanos e humanizados, compreensivos, multidisciplinares e que se afirmem pela qualidade da abordagem, intervenção, resultados e impactos gerados; A preocupação com a qualidade de serviços é uma constante num processo de melhoria contínua.

2023 foi um ano de consolidação dos serviços prestados, mantendo a qualidade dos serviços e preconizando a inovação social e a atividade corporativa. Esta consolidação observa-se também através da unificação do nome do Serviço de Apoio Domiciliário – **FELIZemCASA**, apostando num nome apelativo e eficaz no marketing social.

Ao longo de 2023, promoveu-se um acompanhamento próximo e rigoroso ao nível da execução orçamental. O facto do DGFT realizar um controlo apertado de todos os elementos de consumo dos diferentes departamentos e projetos, permitiu uma devolução sistemática às direções e coordenações, por forma a que pudessem ser realizadas medidas corretivas com maior assertividade e rapidez.



01. ÂMBITO ECONÓMICO

04.1 Sustentabilidade financeira

Há uma linha comum de pensamento na sociedade relativa ao facto de que sem uma gestão financeira eficiente por parte do tecido empresarial, nunca poderemos atingir uma economia social digna e uma sustentabilidade ecológica plena. Sem querer tecer grandes comentários sobre a veracidade ou não do exposto, a verdade é que muitas das vezes o setor social é secundarizado e dependente de diversos fatores externos. Mas também o é por culpa própria.

Sem uma literacia financeira adequada e praticada no dia a dia de forma racional e intencional, qualquer entidade corre o risco de ver posta em causa a sua viabilidade futura. As entidades necessitam de indicadores constantes e atualizados para reforçar o seu papel interventivo, e as entidades do setor social tendem a abdicar deste modelo, colocando-se numa posição de maior vulnerabilidade.

O meio empresarial é fundamentalmente distinto do meio social. Aqui não impera como objetivo principal a obtenção do lucro. Mas nem por isso passa a ser redundante o equilíbrio orçamental como forma de materialização da sustentabilidade da instituição. Antes pelo contrário.

Sabemos enquanto IPSS o quão difícil é praticar uma ação social responsável, sem que muitas das vezes se tenham as ferramentas necessárias para tal, sobretudo ao nível da receita. Ora porque o Estado não pode garantir comparticipação plena a todas as respostas sociais, ora porque as pessoas muitas das vezes não têm uma capacidade plena para poder suportar os gastos inerentes à sua condição de saúde, seja ela física e psicológica.

Há um paradigma que tem de ser mudado aos poucos. E parecendo-nos difícil que o Estado seja o parceiro eterno do setor social num suporte sem limites de financiamento, incumbe às instituições sociais procurarem formas alternativas de se alavancarem face à morbilidade da dependência a que muitas das vezes estão sujeitas. Não é arrastando problemas ou criando celeumas que se resolvem problemas estruturais.

A criação de valor de uma entidade não se esgota na sua finalidade lucrativa. Tal como o facto de ambicionar resultados positivos não afasta da sua identidade o conceito de entidade sem finalidade lucrativa. Numa entidade deste setor, pode e deve haver sustentabilidade financeira, técnica e humana, num equilíbrio necessário entre a otimização da angariação de rendimentos e da redução de gastos. Uma gestão financeira e de eficiência de recursos deve ser uma finalidade tão ou mais importante do que aquela que se verifica em entidades do setor empresarial. Mais, uma entidade do setor social, deve ser uma entidade ainda mais responsável, responsabilidade essa transversal a todo o seu raio de ação. Só assim o Estado Social será capaz de cumprir com o desiderato de chegar a todos.

No seu âmbito de atuação o CSVH não procura um gene que encontre paralelo na maioria das instituições sociais. Queremos ir mais além. Queremos um modelo próprio de atuação social, mantendo uma responsabilidade social exigente.

Os desafios são imensos, e são para todos. As crises mundiais, promotoras de uma escalada desenfreada da inflação, com impacto na vida de pessoas, empresas e instituições, e pondo em causa inclusive verbas relacionadas com a coesão europeia e sobretudo social, podem levar a escassear garantias e imperativos de futuro. Ainda assim não baixamos os braços, e com isso promovemos uma ação própria diversificada de atuação que nos garanta mais futuro.

Esse futuro tem de passar por uma atuação socialmente diferenciada. É por isso que apostamos na inovação. É por isso que apostamos na diversificação. É por isso que aproveitamos as potenciais fontes de financiamento para acrescentar valor à instituição. É por isso que decidimos investir, certos de que desse investimento resultarão mais fontes de receita. É por isso que implementamos ferramentas de controlo dos gastos operacionais e extraordinários. É por isso que apostamos em recursos humanos e técnicas de excelência. É por isso que apostamos numa diferenciação positiva na área geográfica em que nos encontramos. É por isso que levamos o nome do CSVH a um patamar nacional e de credibilização da marca. É por isso que estamos mais perto de alcançar uma sustentabilidade financeira desejada e equilibrada.

A sustentabilidade financeira do CSVH é um foco intransigente que está inerente à nossa atuação diária, mas não só. Dar primazia absoluta aos objetivos de desenvolvimento sustentável identificados pela ONU, apostar decisivamente na eficiência energética, dar continuidade ao compromisso de pagamento pontual com os nossos fornecedores, promover uma efetiva atuação sustentável e de combate ao desperdício, apostar na qualidade para credibilizar a instituição, diversificar as fontes de receita, gerir de forma eficiente os recursos da instituição, otimizar as necessidades e despesas correntes, gerir com rigor os meios financeiros, manter a qualificação dos fornecedores e reforçar a negociação na aquisição de bens e serviços, entre outros, são redutos indispensáveis da nossa atuação.

04.2 Investimento

As instituições como o CSVH, tendo um comprometimento sério com a economia social, devem ser prudentes na forma como analisam o mercado e encontram oportunidades, em respostas sociais que cada vez mais se pretendem inovadoras e revolucionárias dos cuidados típicos a prestar às pessoas.

Tem sido apanágio do CSVH, desde a sua criação, uma mobilização efetiva de meios para apostar no crescimento da instituição através de investimento em novas infraestruturas e demais ativos, suficientemente capazes de amplificar uma consolidação social que é fruto da sua missão e está no cerne da criação da instituição.

É verdade que as oportunidades e o investimento só por si não se concretizam através de boas intenções. Não é por haver uma visão transformadora que o conceito se materializa per si.

Por outro lado, o contexto nacional e comunitário dos últimos anos tem colocado desafios interessantes ao setor social, através a disponibilização de programas, dotados muitos deles de verbas significativas para a economia social, e que permitem às instituições mais vanguardistas subir degraus importantes na forma como querem e pretendem transformar o seu próprio futuro.

Mas uma vez mais, uma candidatura aprovada no âmbito de um programa PARES ou PRR, não é sinónimo da sua efetiva materialização.

Até porque muitas das IPSS se debatem com uma incapacidade crónica para gerar receita suficiente para alavancar qualquer tipo de investimento. São entidades muito mais reativas e dependentes, do que propriamente ativas. E isso coloca problemas sérios à constituição de um investimento que pode, de forma significativa, colocar em causa o futuro da própria instituição, dada a necessidade de recurso a crédito bancário que a jusante terão uma séria dificuldade em pagar.

Ora, feita esta resenha, diga-se em bom abono da verdade que o CSVH tem sido uma entidade ativa na procura de soluções e rentabilização da receita, com capacidade para apresentar candidaturas de sucesso a financiamentos públicos, com capacidade negocial com a banca para ajudar a complementar esse mesmo financiamento de forma sustentável, e com sentido de oportunidade para investimentos transformadores e consolidados.

Daí que tenha um passado de construção de investimentos de sucesso e consolidados, e tenha a decorrer no presente os seguintes investimentos:

- Clube dos Pequenos – Projeto de Berçário e Creche a concretizar em Gualtar, Braga: Tem candidatura aprovada em PRR, com majoração, no montante de 975.240,00€, e a obra iniciou a finais de 2023, encontrando-se celebrado um contrato de empreitada pelo montante base de 1.694.433,20€;
- Casa Mãe – Projeto de RAI e CACI a concretizar em Lanhas, Vila Verde: Tem candidatura aprovada em PRR, com majoração, no montante de 1.231.800,00€, e a obra iniciou a finais de 2023, encontrando-se celebrado um contrato de empreitada pelo montante base de 2.464.552,04€;
- Casas da Aldeia – Projeto de RAI a concretizar em Alvito, Barcelos: Tem candidatura aprovada em PRR, com majoração, no montante de 1.150.200,00€, tendo a obra início previsto para o primeiro semestre de 2024, estando já em fase de conclusão o concurso público lançado para o efeito;
- Investimento em energia renovável para a aplicação de painéis fotovoltaicos para os edifícios do Centro Social e Casa da Alegria em Vila Verde, e Lar das Termas em Amares, e também de bombas de calor para o edifício do Centro Social. A este nível já trabalhamos na elaboração de candidaturas para melhoria e reforço da eficiência energética, e continuaremos a trabalhar, tendo à data já aprovada uma candidatura ao Fundo Ambiental, numa dotação pública no âmbito do PRR, com valor aprovado de 106.048,60€ para aplicação de painéis fotovoltaicos no Centro Social;
- Aposta na frota automóvel com a aquisição de viaturas elétricas, mas também continuar atentos a programas sociais promovidos por entidades públicas e privadas de financiamento ou doação de viaturas como aconteceu este ano com a receção de viaturas elétricas por parte da Fundação Montepio e do programa Mobilidade Verde, o que permite não só uma redução de gastos anuais com viaturas, mas também reforçar a aposta numa pegada ecológica mais verde, sustentável e amiga do ambiente.

04.3 Análise Económica e Financeira

O peso dos exercícios económicos anteriores, com resultados líquidos positivos, são sinónimo de um esforço constante da instituição em procurar otimizar a sua operação, gerando fontes de rendimento suficientes para colmatar os gastos que se vão gerando no dia a dia, com a atividade. Mas também uma responsabilidade na hora de procurar assegurar uma estabilidade e maior sustentabilidade da instituição.

2023 é um ano que marca uma diferenciação substancial face aos anteriores, fruto de determinados fatores de crescimento da instituição, e de demais fatores que serão explorados ao longo do presente documento.

O CSVH cresceu significativamente nos últimos anos. O que se disse anteriormente denota isso mesmo. Uma maior abrangência de estruturas e respostas sociais permitem cimentar a instituição enquanto fonte rica e multifacetada na prestação de serviços dignos e de qualidade no âmbito da economia social. Este crescimento, que acrescenta valor e riqueza à prestação de serviços, nem sempre encontra uma otimização operacional objetiva, fruto de momentos pontuais de descompensação da receita ou sobrevalorização da despesa, que imperam em momentos onde a otimização operacional e potencialmente estrutural é um caminho mais difícil de atingir, derivado de fatores diretamente associados a um crescimento mais acelerado da instituição.

O setor social é um parente pobre da dinâmica económica, mas um reduto fundamental na construção de uma sociedade plena de direitos, liberdades e garantias fundamentais. E não é possível negar, por qualquer circunstância, constrangimentos indissociáveis da difícil estabilização e contenção da despesa ao nível das instituições que operam neste meio. A inflação é o exemplo de um fardo significativo presente em todos os bens e serviços adquiridos e necessários à sua atividade. Continua a ser, e não o foi por mera circunstância ou delimitação temporal. É algo com o qual lidamos há anos. E num país onde os rendimentos e as pensões são muitas das vezes marginalizados em comparação com o aumento do custo de vida, imputar o total efeito de aumento desmesurado dos preços a utentes e familiares é estrangular a sua capacidade de ter acesso a uma resposta social e a uma vida digna. Este é um problema real das instituições e o seu maior desafio. É um problema que se tem tentado combater do lado do Estado com ajustes à cooperação social e alargamento de respostas e vagas sociais, e do lado das instituições com uma multifacetada fonte de receita, com uma gestão eficiente, com acesso a projetos de âmbito nacional e comunitário, mas que ainda assim podem representar instrumentos insuficientes em momentos inflacionistas de assinalável dimensão. Mas também a ambição construtiva de uma instituição que pretende crescer em estruturas e respostas sociais lhe podem significativamente, por recurso a financiamento bancário, onerar as contas com altíssimos indexantes de crédito que assolaram o mercado nos últimos tempos. A descida ténue dos mesmos no final de 2023, início de 2024, não são garantia de nada, num mundo cada vez mais global, e cada vez mais sujeito a instabilidade e conflitos com impacto generalizado.

O compromisso deve ser um compromisso de racionalidade, ponderação e objetividade, ainda que muitas vezes não se alcancem os objetivos propostos.

Diga-se desde logo que os resultados alcançados em 2023 são negativos, tendo atingido os 298.879,06€€. Veremos os motivos e detalharemos de forma sucinta cada uma das rubricas que o compõe. Ainda assim, e em bom abono da verdade, é fundamental dizer que o CSVH sempre honrou o compromisso assumido com os seus trabalhadores, fornecedores, bancos, Autoridade Tributária, Segurança Social, entre outros. Este é um requisito

indispensável de atuação, e premissa da qual nunca nos desviaremos, contribuindo para uma economia social e circular mais consistente e cada vez mais sustentável.

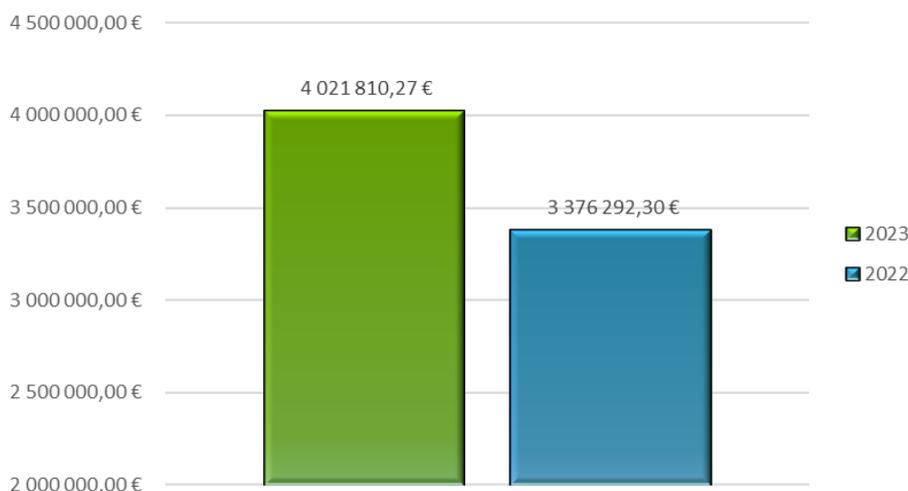
Além disso conta atualmente com infraestruturas concretizadas e pagas, como é o caso do FelizMENTELar e da Casa da Alegria, que foram objeto de candidaturas a financiamento público aprovado, e do qual se encontra pendente de receber atualmente o montante de 1.803.498,50€.

A preocupação com a obtenção de resultados consistentes é continua. A sua efetivação, essa, pode ser desvirtuada em função de determinados condicionalismos. Numa ótica de contínuo crescimento e desenvolvimento, o fundamental é que esses mesmos condicionalismos não apresentem um caráter de transversalidade ao longo de vários exercícios económicos. Só assim garantiremos estabilidade para o futuro.

Retratamos de seguida os principais indicadores da instituição em 2023 ao nível de rendimentos e gastos, fazendo acompanhar os mesmos das observações que se julguem convenientes, que justifiquem as diversas rubricas e que sejam explícitas quanto ao alcance presente das mesmas.

04.3.1 - Rendimentos

Os rendimentos do CSVH atingiram em 2023 o montante de 4.021.810,27€, o que representa um acréscimo de rendimentos de 645.517,97€ comparativamente com os dados obtidos em 2022. Com estes dados verifica-se uma subida substancial de 19,12% entre ambos os exercícios económicos, mantendo as estruturas que advêm do ano anterior.

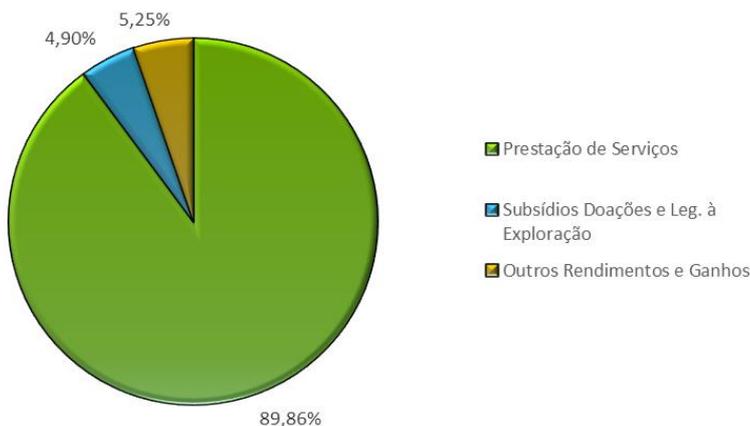


O valor acima referido resulta da conjugação de várias fontes de receita que se consolidam entre si numa ótica de obter o melhor nível de rendimentos possível, subdividido pelas seguintes rubricas e montante de rendimentos:

Prestação de Serviços: **3.613.906,26€**

Subsídios, Doações e Legados à Exploração: **196.883,60€**

Outros Rendimentos e Ganhos: **211.020,41€**



A rubrica de Prestação de Serviços é a mais representativa de 2023, atingindo um volume global de 89,86%, bem superior aos 70,78% do ano anterior.

Por seu turno, a rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração, com uma representatividade em 2023 de 4,90%, notou um acentuado decréscimo face a 2022, ano em que se situou numa representatividade de rendimentos de 24,43%.

Os Outros Rendimentos e Ganhos mantiveram-se ao nível da proporção no total dos rendimentos praticamente idênticos ao ano anterior, tendo sofrido um ligeiro aumento de 4,72% para os 5,25% verificados este ano.

Antes da abordagem particular a cada uma das rubricas, importa salientar que os dados de 2022 foram reexpressados para o âmbito da presente análise, para que possam ser comparáveis, sobretudo ao nível da receita, nos dois exercícios económicos em análise. Para este acerto, e traduzindo um esclarecimento à FAQ 39 da CNC dado a finais de 2023 pela Ordem dos Contabilistas, “entende a CNC que, se a resposta social estiver dependente da frequência dos utentes, esse apoio deve ser reconhecido na conta 72 já que decorre diretamente dos serviços prestados pelas entidades aos seus utentes. Esses valores atribuídos pelo ISS poderão, assim, ser entendidos como contrapartidas por serviços prestados”. Esta interpretação é extensível aos acordos celebrados pelo CSVH e que vigoram atualmente, motivo pelo qual foram, já em 2023, adaptadas as rubricas de rendimentos em função do tratamento contabilístico que se considera agora oportuno dar a essa rubrica de rendimentos.

04.3.2 - Prestação de Serviços

Esta rubrica resulta diretamente das receitas provenientes de mensalidades e outros encargos que derivam da prestação de serviços aos diversos utentes da instituição ao longo de 2023, e agora também da rubrica relativa aos acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social como acima se deixou antever. É uma receita que resulta da atividade operacional direta da instituição, garantida autonomamente e sem dependência de condicionalismos externos diretos. Esta apreciação é tão mais importante dada a influência que este tipo de rendimentos tem na totalidade dos mesmos. Uma otimização das estruturas ao nível de utentes, e uma rentabilização efetiva dos recursos disponíveis, é um garante de maior autonomia da instituição face a terceiros, e à dependência de rendimentos provenientes de entidades externas, para manter o equilíbrio das contas.

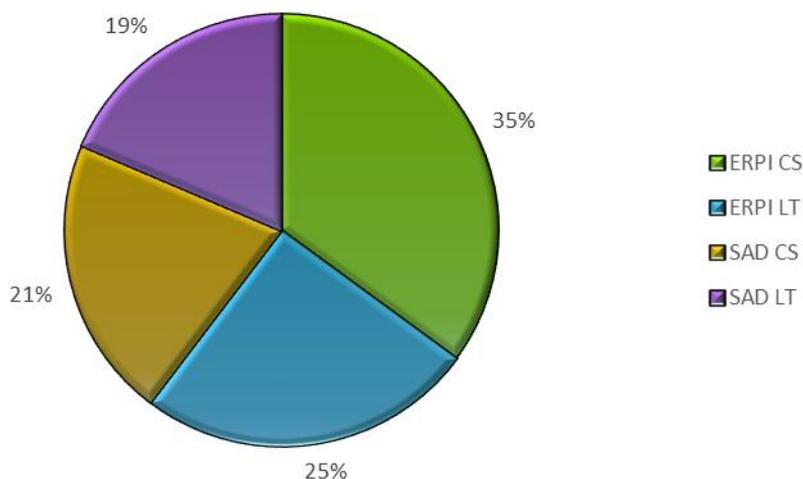
A rubrica de prestações de serviços ficou-se em 2023 nos 3.613.906,26€, representando um aumento de 1.224.266,16€ face a 2022, num aumento notável, expressivo, muito significativo e consistente de 51,23%.

Este é seguramente, como se verá no global da presente análise, o dado mais significativo que resulta da presente prestação de contas. Não que a dimensão da verba não seja só por si motivo de um reconhecimento objetivo da otimização que se tem levado a cabo ao nível da receita nas estruturas, mas tem incutido algo que é indiscutível: a prevalência deste tipo de receita sobre as restantes numa ótica do que já se disse, é uma garantia de maior autonomia da instituição face à dependência de receita que não depende da prestação de serviços em si.

Sabemos, pelo historial da instituição e pelos diversos estudos elaborados, que as IPSS são por natureza subsídio-dependentes, ou dependentes de donativos oriundos de natureza diversa. Quanto mais próximo estivermos de quebrar essa barreira, mais próximos estaremos de uma diferenciação positiva da entidade face a terceiros, e de uma gestão diferenciada e mais capacitada para trazer um diferente dinamismo ao setor social, alavancando o mesmo quanto ao seu próprio conceito e forma de atuação.

Acordos de Cooperação:

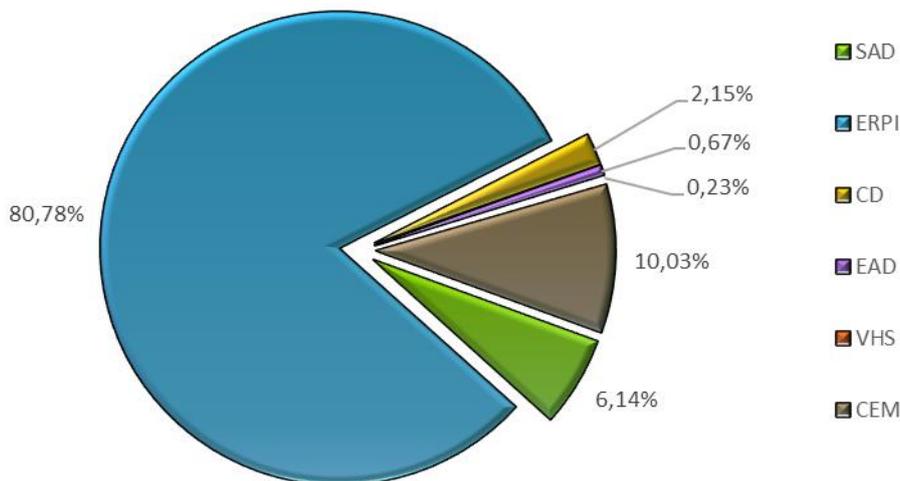
Importa salientar que ao nível desta rubrica, o valor relacionado com os Acordos de Cooperação e que em 2023 aqui se consideram, fixou-se nos 667.248,18€, um montante superior ao apresentado em 2022 de 508.570,04€. Representa um aumento de 31,20%, e a sua distribuição em 2023 é a seguinte:



Serviços prestados aos utentes:

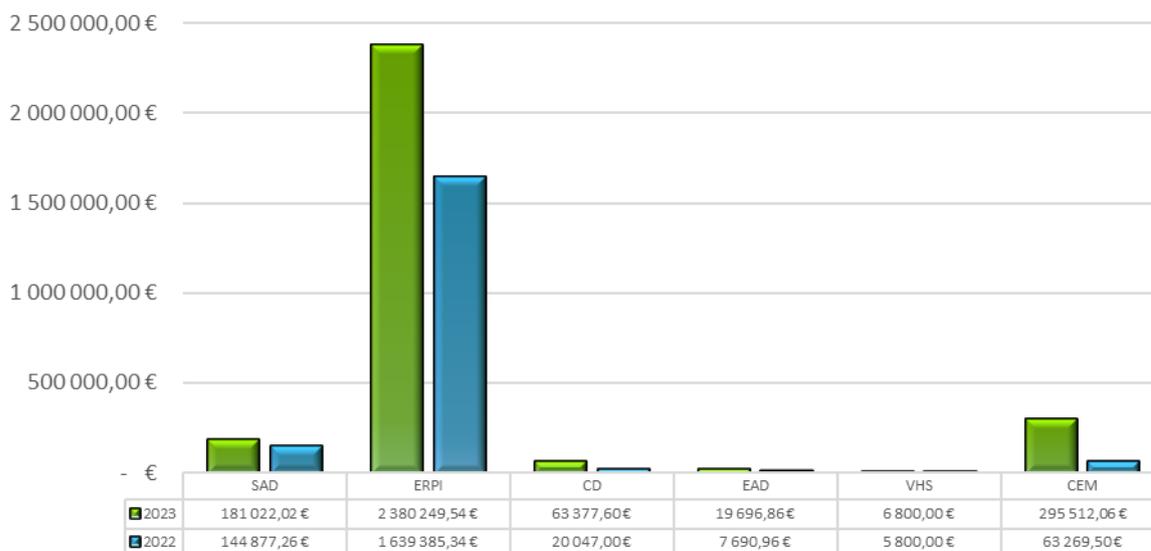
Por seu turno, a rubrica de mensalidades, encargos e serviços cobrados aos clientes, utentes e sócios atingiu o valor de 2.946.658,08€. Para podermos ter uma base comparativa com o ano anterior, faremos uso desta rubrica nas várias dimensões para podermos aferir a sua evolução de 2022 para 2023:

Discriminação por resposta Social:



A resposta Social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) continua a ser a mais representativa das receitas e a maior fonte de receita do CSVH com 80,78% do total da receita faturada aos utentes, num montante global de 2.380.249,54€. Uma subida de 740.864,20€, equivalente a 45,26%, fruto de uma maior consistência e otimização desta resposta social no seio da instituição.

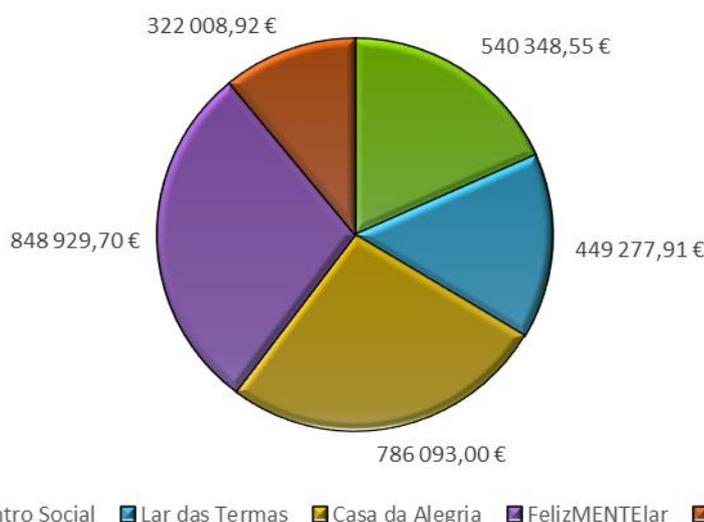
Mas a subida da receita é também ela transversal a todas as respostas sociais oferecidas pelo CSVH aos seus utentes e à comunidade em geral, como de seguida se pode constatar:



Discriminação por estrutura:

Fazendo uma análise através das estruturas que o CSVH tem atualmente em atividade, compactando as respetivas respostas sociais que lhes estão adstritas, podemos aferir que a estrutura do FelizMENTElar é a estrutura com maior volume de receita, representando em 2023 um total de 28,81% da mesma. É seguida pela Casa da Alegria, com 26,68%, do Centro Social com 18,34% e do Lar das Termas com 15,25%. A componente da saúde, com o CEM, EAD e VHS representa 10,93% do total de serviços prestados.

À exceção do FelizMENTElar, todas as restantes estruturas tiveram em 2023 uma otimização anual consolidada, fruto do trabalho que vem sendo feito nos últimos anos. Dada a tendência de crescimento daquela estrutura ao longo do ano, pela abertura ocorrida a finais de 2022, prevê-se que a ponderação da mesma no total de rendimentos no próximo ano seja ainda superior, dado que ao nível de SAD e CRM ainda há caminho a percorrer.



04.3.3 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Pese embora a rubrica da Prestação de Serviços ser historicamente a maior fonte de receita do CSVH, e a que melhor consolida a capacidade da instituição para fazer face à despesa operacional, a rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração tem também ela sido bastante expressiva ao longo dos últimos anos e um fiel da balança preponderante para o equilíbrio das contas da instituição. A obtenção deste tipo de receita por si só mais extraordinária que corrente, é um fator significativo para a consolidação e diversificação da receita global.

Esta rubrica apresenta um desequilíbrio significativo quando comparado com os dados de 2022, e há vários fatores que o justificam. Em 2023 a rubrica ficou-se pelo 196.883,60€, uma redução significativa de 824.668,91€ (considerando os acordos na conta 72) se comparada com período homólogo.

Mas o que pode justificar uma redução tão significativa desta rubrica, e que impacto tem nos resultados da instituição?

Desde logo teremos de começar por 2022 e pelos dados concretos que constam da respetiva prestação de contas anual. Nesse mesmo ano foram considerados os seguintes subsídios:

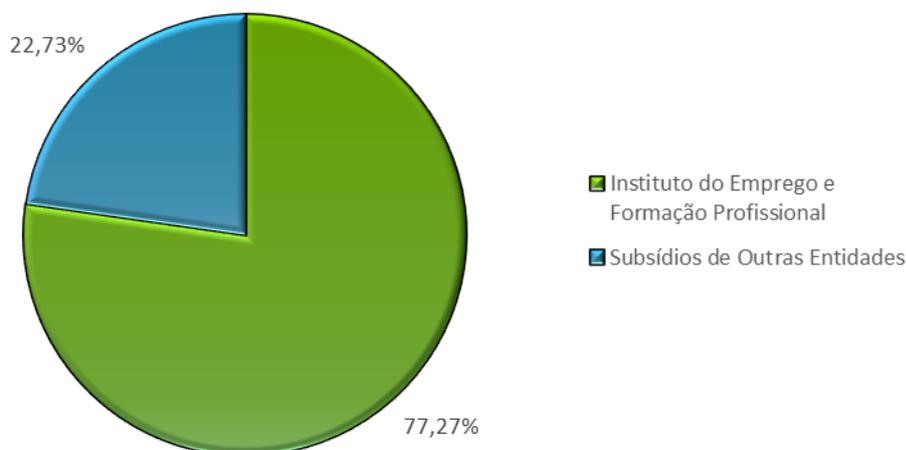
- 282.247,59€ no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), relativos aos projetos findos a 31/12/2022 do Ponto de Fuga e do Jardim Terapêutico e Sensorial;
- 380.000,00€ recebidos da Segurança Social com a finalidade de apoiar o equilíbrio financeiro do CSVH, tendo servido para liquidar sobretudo financiamentos obtidos, entre outros.

Ora se quanto ao primeiro é importante informar que não obstante os projetos tenham terminado em 2022, e que foram fruto de candidaturas efetuadas em anos anteriores, não se verificou a abertura de candidaturas com potencial de rendimento idêntico para 2023, quanto ao segundo foi manifesta a capacidade da instituição

garantir liquidez anual suficiente para o cumprimento das suas obrigações, e por conseguinte não necessitar de recorrer a subsídios de idêntica natureza.

Além dos factos apresentados, e de considerada a reexpressão dos dados de 2022 já referida, é inequívoco subentender que um aumento e procura por projetos inovadores e diferenciados que possibilitem uma maior rentabilização de recursos da instituição ou novas fontes de financiamento para dar resposta a problemas sociais, são uma forma substancial de potenciar o rendimento da mesma, evitando exercícios demasiado voláteis como acontece nestes dois últimos exercícios económicos.

Resumindo, as verbas que de forma objetiva concorreram em 2023 para a formulação desta rubrica podem subdividir-se da seguinte forma por entidade:



Os subsídios recebidos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que dizem respeito a políticas, programas e medidas de emprego usadas pelo CSVH para a valorização e inserção no mercado de trabalho de jovens com formação profissional, desempregados de longa duração, jovens à procura de primeiro emprego, entre outros, computou em 2023 os 152.123,62€, um acréscimo de 27,59% face ao ano anterior.

A rubrica relativa a Subsídios com outras entidades situou-se nos 44.759,98€, bastante inferior ao ano transato que se ficou pelos 325.479,59€, sobretudo pelo motivo já apresentado de não se contemplarem subsídios provenientes do POISE ou de idêntica natureza.

04.3.4 - Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos contempla rubricas diversas como Donativos, Imputação de Subsídios a Investimento, entre outros tipos de rendimentos que não se enquadrem em ambas as rubricas retratadas até ao momento.

Ao nível dos Donativos, o valor determinado em 2023 foi de 69.780,32€, registando um decréscimo face a 2022 de 25,23%. É importante que a instituição tenha uma postura ativa junto das instituições locais, através da sua influência e campanhas de sensibilização que permitam aumentar esta rubrica de rendimentos no futuro.

Ao nível da Imputação de Subsídios ao Investimento, a rubrica ficou nos 112.582,86€, o que representa um aumento de 87,76% face ao ano transato, um valor crescente e normal face ao nível de investimento que vai sendo feito pela instituição e dos respetivos subsídios associados, que vão sendo reconhecidos à medida que vai sendo amortizado o respetivo ativo.

A restante rubrica contempla rendimentos diversos, apresentando em 2023 um valor de 28.657,23€, correspondente a um aumento de 22.761,75€ face ao ano anterior. Desta rubrica constam 7.531,19€ relativos à reversão de juros compensatórios pagos em 2022 no âmbito do processo inspetivo da Autoridade Tributária movido a respeito do IVA devido no felizMENTElar, cuja interpretação de aplicação do imposto por parte da AT foi contrária à levada a cabo para efeito do pagamento de imposto, e que o CAAD vem posteriormente dar provimento a recurso intentado pelo CSVH, permitindo com isso não só a anulação e necessária devolução dos juros compensatórios pagos naquele momento, mas também do respetivo imposto.

Ao nível das percentagens globais verificadas em 2023 temos o seguinte:



04.4 - Gastos

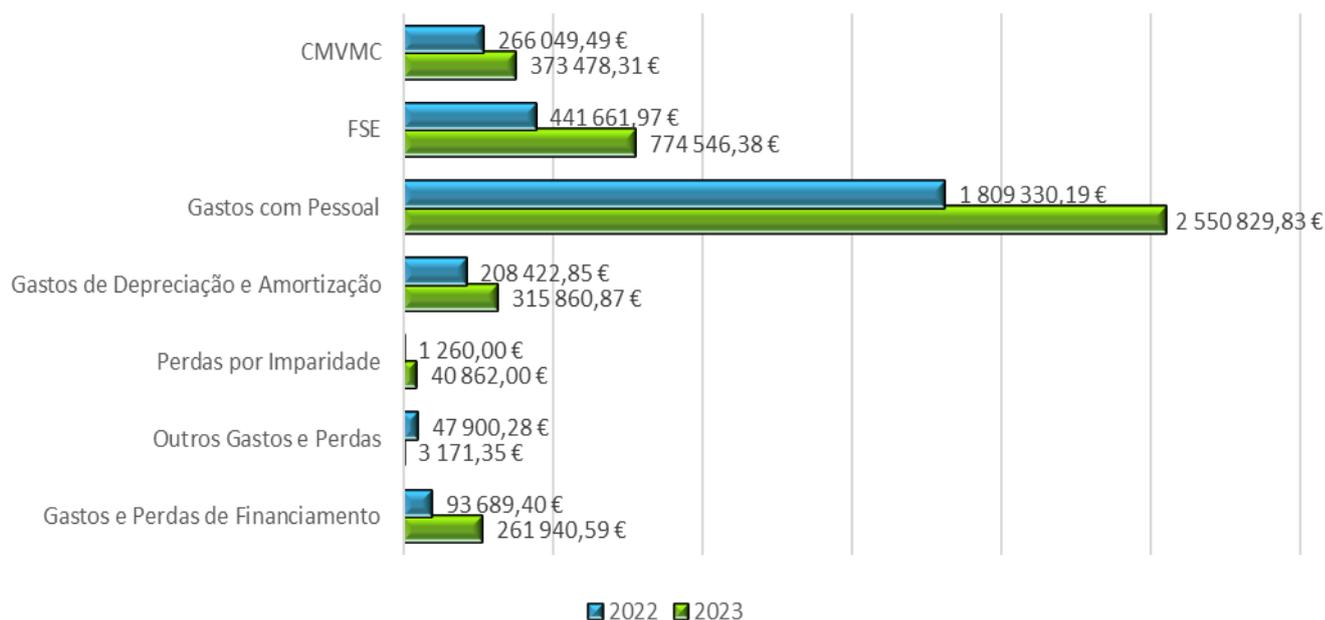
Já se deixou antever que os gastos superam o montante dos proveitos para 2023, provocando resultados negativos de algum relevo, importante indicador que deverá ser tido em conta e avaliado de forma prudente, para que a instituição prossiga a senda do crescimento e desenvolvimento, sem constrangimentos de relevo à sua atividade operacional.

Abordadas que estão as rubricas das receitas, importa debruçar o foco na despesa, para que consolidando ambos os segmentos, seja perceptível o grau de desfasamento, e facilmente identificável o, ou os fatores, com maior preponderância e afetação no mesmo.

Os custos para 2023 atingiram de forma global o montante de 4.320.689,33€, um acréscimo muito significativo de 1.452.375,15€ face ao ano anterior.

Já vimos anteriormente uma redução da receita por via dos Subsídios, à qual se soma uma verba que não se poderá nunca desprezar, de aumento significativo da despesa na ordem dos 50,64%.

O aumento da despesa é praticamente transversal, pelo que se nota do quadro seguinte, a todas as rubricas que o compõe, impondo-se de seguida uma avaliação particularizada de cada uma das rubricas em evidência.



04.4.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Esta rubrica atingiu em 2023 o montante de 373.478,31€, uma subida em 40,38% comparativamente com os gastos verificados no ano anterior.

Esta rubrica contempla os gastos que resultam da compra de géneros alimentares, utensílios de saúde, assim como produtos de higiene e conforto para os utentes. O aumento dos custos de bens e serviços foi generalizado e significativo no ano em questão, dado o aumento significativo do índice de inflação. Ainda que medidas como o IVA 0 do cabaz de produtos alimentares básicos e a gestão eficiente de aquisições tenham sido uma realidade premente, os mesmos foram manifestamente insuficientes para fazer face a este problema da economia global e transversal a todos os setores de atividade.

Mas os dados referidos que sustentam o aumento significativo dos gastos estão também eles intimamente ligados a uma maior otimização das estruturas, nomeadamente o FelizMENTElar ao nível da resposta social ERPI, que dado o acréscimo do número de utentes face a 2022, exigiu um inevitável reforço do gasto, não somente para poder dar resposta eficaz quanto aos serviços prestados, mas para poder manter um padrão de qualidade no serviço garantido a todos os utentes.

Refira-se que no âmbito dos gastos globais, a rubrica de Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas representa 8,64% dos mesmos, quando no período homólogo de 2022 representava 9,28% do total dos gastos.

A instituição tem implementado há já algum tempo um departamento para a aquisição e gestão deste tipo de produtos, nas melhores condições de mercado, garantindo uma maior otimização dos recursos da instituição.

04.4.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos é uma rubrica que se segmenta por uma multiplicidade e diversidade de custos assumidos pela instituição ao longo do ano, e que derivam sobretudo do seu normal funcionamento.

No ano de 2023 esta rubrica atingiu os 774.546,38€, uma subida em 75,37% comparativamente com os gastos verificados no ano anterior. Esta tipologia de gastos foi das que mais cresceu, tendo um peso de 17,93% no total dos custos, quando em 2022 representava 15,40% dos mesmos.

Os motivos para o incremento dos mesmos são em parte coincidentes com os que se apresentaram para o ponto anterior. Esta rubrica deriva de diversos serviços contratualizados, cujo custo por via da inflação tem vindo a aumentar significativamente. Também a otimização das estruturas como se falou tem um peso significativo. Um maior nível de prestação de serviços a utentes, tem associado um inexorável aumento do nível de serviços contratualizados.

Este tipo de custos foi cuidadosamente controlado ao longo de 2023, e o facto de representar uma proporção superior no total de custos face a 2022 tem uma justificação que importará salientar posteriormente. Diga-se, para já, que a existência de um departamento de manutenção, é também ela uma forma de conseguir controlar e otimizar muitos dos gastos com incidência neste tipo de rubricas, cujo mapa global se apresenta de seguida:

Rubrica FSE	2022	2023	2023%
Subcontratos	34 041,97 €	103 768,18 €	13,40%
Trabalhos especializados	122 038,72 €	316 760,05 €	40,90%
Publicidade e Propaganda	32 279,44 €	25 522,14 €	3,30%
Honorários	41 942,50 €	74 156,00 €	9,57%
Conservação e Reparação	33 811,27 €	45 041,81 €	5,82%
Materiais	22 056,21 €	21 823,19 €	2,82%
Eletricidade	63 223,03 €	74 241,24 €	9,59%
Combustível	43 247,25 €	35 591,45 €	4,60%
Água	8 193,72 €	12 002,55 €	1,55%
Deslocações e Estadas	3 986,57 €	12 695,17 €	1,64%
Rendas e Alugueres	1 822,95 €	7 050,70 €	0,91%
Comunicação	11 250,22 €	11 553,47 €	1,49%
Seguros	14 282,24 €	20 536,34 €	2,65%
Contencioso e Notariado	2 378,02 €	8 920,69 €	1,15%
Outros Serviços	7 107,86 €	4 883,40 €	0,63%
	441 661,97 €	774 546,38 €	100,00%

Da tabela acima denota-se que as rubricas de subcontratos e Trabalhos Especializados são as mais representativas, representando ambas mais de metade das despesas de FSE verificadas em 2023.

A rubrica de subcontratos está intimamente ligada à subcontratação de refeições para a estrutura do FelizMENTELar, o que acaba por ter um impacto tanto maior quanta a quantidade de serviços que se foram prestando em 2023.

A rubrica de trabalhos especializado é expressiva, mas importa salientar que ao longo do ano de 2023 foi suportado um custo total de 189.044,23€, que consta integralmente desta rubrica, e que se refere a custo relacionados com a submissão de todas as candidaturas PRR aprovadas até ao momento. Ou seja, para as candidaturas da Casa da Alegria, do FelizMENTELar, da Casa Mãe, do Clube dos Pequenos e das Casas da Aldeia, cujo financiamento público global aprovado foi de 5.123.150,00€, excetuando majorações, o CSVH incorreu num gasto para a elaboração das mesmas cujo valor foi totalmente faturado em 2023. Respeita, por conseguinte, a um gasto essencial à obtenção de financiamento público para se levar a cabo a política de investimento em novas infraestruturas, afetando de forma significativa os gastos de 2023 mas sem qualquer repercussão futura para os próximos exercícios económicos, constituindo-se como algo estanque.

A rubrica de honorário aumenta também, fruto do recurso a profissionais que complementam o nosso leque de trabalhadores, com vista a uma prestação de serviços global, eficaz e de qualidade.

A rubrica de Contencioso e Notariado aumentou também face ao ano anterior, pois dela consta a despesa tida com o processo movido no CAAD contra a decisão da AT de aplicar uma taxa de IVA de 23% na edificação do FelizMENTELar, decisão essa que veio a ser contrariada dando provimento à pretensão do CSVH, e com isso

possibilitar a restituição do imposto indevidamente suportado acima dos 6%, que deveriam legalmente ter sido aplicados à totalidade dos gastos tidos com a empreitada.

Nota-se o aumento de algumas rubricas fruto do aumento generalizado dos preços dos serviços e da sua afetação ao exercício em causa, assim como o aumento da prestação de serviços a mais utentes. Ainda assim, todas as faturas passam por um procedimento interno de avaliação e confirmação, procedimento esse que precede de um trabalho de vários departamentos e recursos humanos com vista à obtenção e contratualização dos serviços ao melhor preço possível praticado no mercado.

04.4.3 - Gastos com Pessoal

Esta é a rubrica de gastos mais representativa da instituição e a mais importante sob o ponto de vista do funcionamento efetivo dos serviços prestados pela instituição.

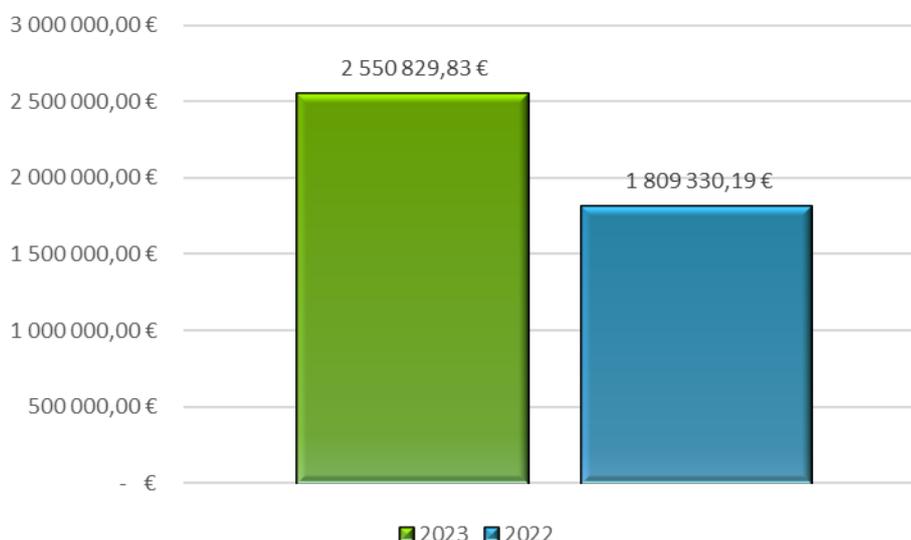
O CSVH, enquanto agente ativo do setor social padece da mesma dificuldade que a maior parte das instituições do setor têm em manter, valorizar e cativar os seus trabalhadores, sobretudo com uma sensibilidade remuneratória que permita por um lado a satisfação dos trabalhadores, por outra a garantia de uma maior produtividade, mas também uma maior estabilidade financeira familiar, dotando-os de uma maior capacidade do poder de compra.

Em 2023 o CSVH não se limitou a acolher o salário mínimo nacional como certeza remuneratória da maioria dos seus trabalhadores. Foi mais além. Procurou praticar um salário digno, acima da média do setor e do limiar nacional, para preservar os seus melhores quadros e incentivar novos trabalhadores a olhar para o setor com otimismo de que a remuneração se coaduna com um bom serviço garantido à entidade.

O acolhimento deste tipo de medida, aliado à contratação de novos quadros para satisfazer as necessidades da instituição, nomeadamente com o crescimento das suas estruturas, levou a que o CSVH tivesse em 2023 um gasto global com pessoal de 2.550.829,83€, representativo de 59,04% do total de gastos da instituição, um pouco mais abaixo dos 63,08% verificados em 2022.

Ainda assim representam um acréscimo de 40,98% face ao ano anterior, numa verba de incremento a rondar os 741.499,64€.

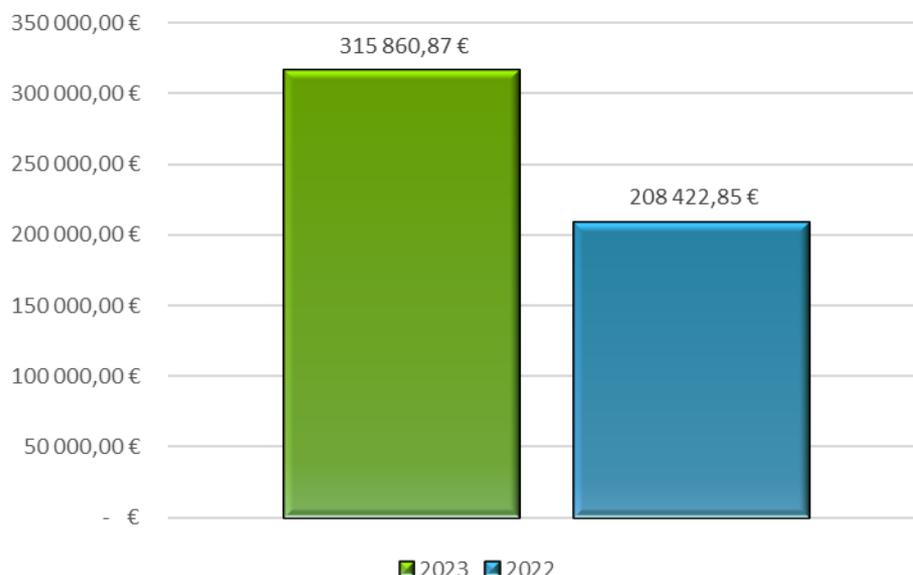
Os gastos com o pessoal, sendo uma rubrica fundamental ao normal funcionamento da instituição, devem ser alvo de uma constante otimização e de um escrutínio meticoloso por todos os departamentos com responsabilidade de afetação de pessoal aos diversos serviços. Servindo de mero indicador, dizer que em 2022 os gastos com pessoal representavam 75,72% do total das prestações de serviços faturadas diretamente aos utentes, tendo em 2023 passado essa cifra para os 70,58%, considerando a reexpressão dos dados de 2022 relativa aos rendimentos provenientes dos acordos de cooperação. O caminho deve continuar a ser o de rentabilizar ao máximo os profissionais atuais, por forma a que esta rubrica tenha o menor peso possível no global dos gastos da instituição.



04.4.4 - Gastos de Depreciação e de Amortização

A rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização é justificativa do desgaste dos ativos da instituição, tendo atingido em 2023 o montante de 315.860,87€. Representam 7,31% do total de gastos, de resto uma proporção muito similar à de 2022 que correspondiam a 7,27% dos mesmos.

O aumento de 107.438,02€ face ao anterior, correspondendo a uma subida de 51,55%, é representativa do gasto tido com os ativos adquiridos e contruído pelo CSVH ao longo dos últimos anos. Para o mesmo contribui de forma significativa a plena depreciação do edifício do FelizMENTElar, que em 2022 ocorreu apenas na reta final do ano. De referir que em 2023 o ativo fixo tangível da instituição está avaliado em 9.147.469,19€, uma verba muito significativa e do qual deriva muito do gasto acima referido.



04.4.5 - Perdas por Imparidade

Foram reconhecidas em 2023 perdas por imparidade no montante de 40.862,00€, representativos de 0,95% do total de gastos da entidade. Importa referir que este valor é exclusivamente relativo a uma dívida de um utente da Casa da Alegria, que se mantém na instituição e respeita ao período de finais de 2022 a finais de 2023, e consta de uma proposta de ação de processo comum de 14 de dezembro de 2023, correndo o processo termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, Juízo Local Cível de Vila Verde.

Pese embora a dimensão da dívida, e o devido reconhecimento enquanto imparidade do período, é bastante plausível que a instituição consiga reverter a situação com o processo, e desse forma anular futuramente o efeito que produz o reconhecimento do mesmo enquanto gasto do exercício corrente.

04.4.6 - Outros Gastos e Perdas

A rubrica de outros gastos e perdas representa um gasto meramente simbólico de 3.171,35€ em 2023, estando sobretudo relacionado com pagamento de impostos, donativos e quotizações devidas a outras instituições.

04.4.7 - Gastos e Perdas de Financiamento

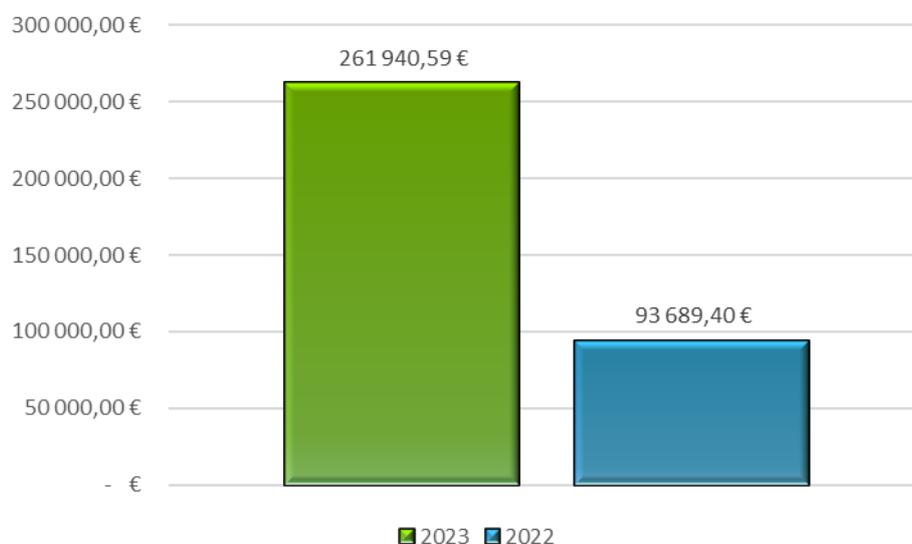
Já se disse ao longo do documento que o CSVH tem feito uma aposta substancial em investimento ao longo dos anos, investimento esse que promove uma melhoria significativa das condições institucionais, e que soma às estruturas existentes novas estruturas, que permitem amplificar e diversificar as respostas sociais.

Para que se possa fazer um devido enquadramento, é fundamental estar consciente que a economia social, e nomeadamente as instituições que a compõe, tem uma dificuldade crónica de crescimento, porque muito dificilmente conseguem ser alheias a contribuição e donativos de terceiros, e sobreviver de forma autónoma e sustentável que permita gerar fundos suficientes para a realização de investimento.

Ora consolidando o que se disse, o CSVH, embora seja uma instituição bastante ativa na forma como procura ser inovadora e diferenciadora das restantes, depende de financiamento externo para poder levar a cabo toda a gama de investimento necessário e identificado pela Direção, e que se entende como garante de um futuro promissor e de estabilidade.

Acontece que os últimos tempos não têm sido particularmente favoráveis quanto ao recurso a financiamento. Os indexantes de crédito atingiram um patamar altíssimo por imperativo do Banco Central Europeu, tentando cumprir com isso o imperativo global de colocar os índices de inflação em níveis sustentáveis para a economia, e sobretudo para os próprios cidadãos.

Em 2023, e fruto de todo o financiamento contratualizado, a instituição teve um gasto com os mesmos de 261.940,59€, uma subida de 179,58% comparativamente ao ano anterior, num acréscimo generalizado de uns assinaláveis 168.251,19€. Esta rubrica representa em 2023 6,06% do total de gastos, contrastando com os 3,27% registados em 2022.



O aumento dos gastos de financiamento em 2023 foram uma constante transversal a todos os contratos, assinalando uma das maiores preocupações da instituição ao nível da necessidade de gerar liquidez suficiente para fazer face a essa problemática.

Embora possamos dizer que os indicadores se encontram à data de hoje num patamar inferior ao da data em que renovaram e que continuam a onerar o financiamento a um custo superior, e havendo também sinais de que o BCE possa finalmente começar a rever em baixa a EURIBOR, a verdade é que qualquer instituição deve

estar preparada para cenários de maior complexidade, não deixando nunca de garantir folgas orçamentais que permitam fazer face a este tipo de constrangimento significativos.

04.5 - Resultado Líquido do Exercício

Por tudo quanto já se deixou evidenciado, a determinação de um resultado líquido negativo de 298.879,06€ é algo que nos deve levar a uma reflexão profunda daquilo que de forma melhor ou pior foi acontecendo em 2023. Ainda para mais quando falamos de uma inversão significativa de um resultado líquido que em 2022 havia sido positivo em 507.978,12€.

Devemos dizer que não há exercícios económicos iguais, quando muito idênticos, e que cada um apresenta particularidades às quais não podemos, nem devemos fugir. Pior que atingir num exercício económico um resultado negativo substancial, é não criar condições ou deixar de ter uma estratégia para o futuro de subversão da situação menos positiva em que a instituição se encontre. Mais à frente apresentaremos uma visão fundamental sobre esse ponto.

De 2023 fica a ideia de que a instituição teve um melhor desempenho ao nível da otimização e arrecadação da receita interna e reforços nos acordos de cooperação, mas foi incapaz de atingir um nível de Subsídios, Doações e Legados à Exploração similar a 2022 e que, só por si, lhe permitiria apresentar resultados positivos. É possível que 2022 tenha sido um ano atípico a esse nível e o trabalho nessa e noutras vertentes é fundamental.

Ao nível da despesa, os aumentos muito expressivos da inflação e da EURIBOR foram fatais ao aumento da maior parte das rubricas. Mas pesaram também os gastos com as candidaturas ao PRR já aprovadas e a necessidade da instituição com o aumento dos salários além do salário mínimo nacional, embora se considere que o aumento desta rubrica no seu global esteja justificado e enquadrado no crescimento da instituição.

Em suma, um conjunto de fatores objetivos e justificativos do valor apresentado, cumulativos de um resultado que aumenta a necessidade do controlo e gestão futura.

Uma nota final a respeito do comparativo com a previsão efetuada para 2023, para dizer que algumas das concretizações aí expostas não se verificaram, como a potencial abertura do Clube dos Pequenos. Poderemos ainda assim dizer que quanto aos rendimentos os resultados apresentados cumprem com o estipulado no PAO de 2023, sendo até superiores ao que aí ficou inscrito, e que contemplava fonte de receita do Clube dos pequenos que por diversas vicissitudes não se veio a verificar. Ao nível da receita é assim explícita uma concretização significativa da mesma acima dos indicadores orçados. Os gastos esses apresentam uma subvalorização face ao real superior a 20%, fruto dos diversos indicadores já enunciados de aumento da despesa neste mesmo exercício económico.

04.6 - Indicadores económicos

Uma vez analisadas as contas de 2023, importam aferir alguns indicadores económicos relevantes à análise do estado da entidade no final do exercício económico em análise, e resultantes das demonstrações financeiras que posteriormente se evidenciarão:

Rácio de Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo): 104,26%

Este rácio mede a relação entre os capitais próprios da instituição e os seus capitais alheios. É um importante indicador, inclusive de longo prazo. Quanto menor for o indicador que dele resulte, maior poderá considerar-se a fragilidade económico-financeira a que está sujeita a instituição. Para efeitos de razoabilidade, o rácio deve ser superior a 50%, ainda que um rácio superior a 100% signifique que o Património da instituição assegura a cobertura total do passivo, o que de facto se verifica pela primeira vez. É, portanto, um bom indicador da atual estabilidade financeira. Refira-se que este rácio havia sido em 2022 de 87,33%.

Rácio de Endividamento Global (Passivo/Capital Próprio): 95,92%

Este rácio é importante para aferir em que medida as dívidas excedem os recursos próprios da instituição, denotando uma maior ou menor dependência face a financiamento externo e potenciais riscos de sobre-endividamento.

O ideal é que este indicador seja inferior a 1, significando com isso que o global da dívida é inferior aos recursos próprios verificado no ano em análise.

O valor do rácio em 2022 foi de 114,51%, o que é positivo, denotando uma diminuição da exposição ao risco proveniente da dívida da instituição, e colocando os atuais indicadores em níveis de assinalável registo.

Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo): 51,04%

Este indicador reflete a percentagem do Ativo que está a ser financiada pelo Capital Próprio da entidade, ou seja, o nível de autofinanciamento da mesma. Quanto maior o indicador, maior será a probabilidade de se conseguirem cobrir a totalidade das responsabilidades da instituição, e assim sendo, uma menor dependência de capitais alheios necessários para financiar os seus ativos.

Em 2022 este rácio apresentou uma percentagem de 46,62%, o que resulta numa melhoria do indicador em 2023 sem paralelo nos últimos anos.

04.7 - Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício económico de 2023 encerrou com um prejuízo de 298.879,06€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e nove euros e seis cêntimos), propondo a Direção do CSVH que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

04.8 - Perspetivas Futuras - Uma abordagem fundamental

Impõe-se, por um imperativo de credibilização da atividade e do esforço levado a cabo diariamente para a capacitação técnica e humana da instituição com objetivo de aprimorar o reforço do serviço prestado, apresentar a seguinte abordagem, tecendo alguns comentários que ajudam perceber o caminho que se está a percorrer neste momento, e mesmo desde 2023, e de que forma esse caminho pode influenciar positivamente os resultados futuros da instituição, carimbando os presentes como casuísticos e derivados dos fundamentos que se assumem

As preocupações que resultam no fecho do exercício económico pelo aumento de gastos nas proporções que se discriminaram, provocam inevitavelmente uma reação ativa na necessidade do aumento da receita e da diversificação da mesma, sob pena da instituição estar sujeita a uma inconstante e difícil estabilização dos seus resultados.

Os resultados de 2023 são negativos e fundamentados, mas não podemos deixar de os enquadrar num entorno global de contextualização do momento que vive a própria instituição e da forma como gerimos esse momento e procuramos formas ativas e positivas de reverter situações menos positivas para a mesma.

Há indicadores que merecem algum relevo, dada a sua substância e peso significativo:

- O reconhecimento generalizado, antes do termo de 2023, de um gasto superior em diversas rubricas fundamentais ao desenvolvimento da atividade, levou a instituição a promover um aumento generalizado de mensalidades nas diversas estruturas, com efeito a janeiro de 2024, por forma a poder colmatar uma diferenciação entre rendimentos e gastos gerada no exercício económico, prejudicial ao equilíbrio financeiro da instituição. Esta medida permitirá mitigar de forma significativa o aumento dos gastos recentes e que são necessários ao desenvolvimento da atividade. Os novos contratos, inclusive os celebrados em finais de 2023, foram já concretizados nesta circunstância.

- O aumento gradual da receita ao longo do ano, fruto sobretudo de uma cada vez maior otimização da estrutura FelizMENTELar, cuja abertura ocorreu em outubro de 2022, não foi irrelevante. A falta de otimização sobretudo do FelizMENTELar, maior fonte de receita do CSVH, é “normal” dado que a integração de utentes em plenitude na estrutura não sucedeu de forma imediata, mas antes de uma forma gradual e consistente, permitindo ter à data de hoje uma estrutura mais consolidada ao nível da permanência de utentes sobretudo em ERPI.

Falando com maior precisão deste ponto podemos aferir os seguintes dados:

_ 2023 termina com uma faturação em prestações de serviços como já evidenciado de 2.946.658,08€, tendo como tal uma média mensal de 245.554,84€, bastante superior aos 156.755,84€ registados em 2022;

_ 2023 inicia em janeiro com uma faturação de 213.880,97€, verifica uma faturação de 238.221,30€ a junho e termina dezembro com uma faturação 258.030,00€. O mesmo é sintomático de um crescimento gradual sustentado. Além disso, analisando os dados de dezembro e comparando com a média mensal referida no ponto anterior, poderemos dizer que numa lógica de otimização global, a instituição deixou de ter, face ao potencial verificado no último mês do ano, uma receita anual superior a 120.000,00€ caso a otimização desse mesmo mês fosse transversal aos restantes meses do ano, e que a terá em 2024 mantendo a estrutura estável. Dizer com isto

que o rendimento global de 2023 não reflete todo o potencial da instituição existente nos moldes atuais, e que atualmente o cenário é distinto.

_ Além disso, e fruto da otimização e dos aumentos de mensalidades já referidos, janeiro de 2024 fechou com uma faturação de 281.460,27€ em mensalidades e encargos faturados aos utentes, o que representa um aumento também ele bastante significativo face ao valor médio de 2023, e mesmo ao verificado no último mês de 2023.

- Houve um aumento das verbas constantes do Memorando de Entendimento para o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, relativas aos acordos de Cooperação já contratualizados para as estruturas do Centro Social e do Lar das Termas, nas respostas sociais de ERPI e SAD, em setembro de 2023 e um novo em dezembro do mesmo ano. Além disso uma majoração de 100% para 130% nos Acordos de Cooperação do SAD do Centro Social contratualizada a 21/11/2023. Do exposto derivou um aumento da receita superior a 20%, quando comparado o início de 2024 com os valores considerados até setembro de 2023.

- Já foram celebrados acordos de cooperação para o SAD do FelizMENTElar, a iniciar em fevereiro de 2024, numa receita mensal potencial ao nível de serviços, contemplando a totalidade dos utentes possíveis de contratualizar, de 14.322,46€, tendo em conta o valor mensal atualmente praticado por utente.

- Ao nível da resposta social de SAD do FelizMENTElar, a mesma termina o ano de 2023 com uma taxa de ocupação de aproximadamente 30%, fruto de uma efetivação mais tardia da mesma, apenas em março de 2023, havendo ainda uma margem significativa de exploração da receita operacional.

- Ao nível do Centro de Reabilitação Motora, a instituição ainda não apresentou volume de faturação em 2023, mas a estrutura do mesmo está em implementação ao nível de certificação e recursos, sendo um fator a ter em conta para a diversificação e aumento da receita para os exercícios económicos futuros.

- O reconhecimento dos gastos em 2023 com as candidaturas dos PRR, acabam por ter um peso significativo, mas contemplam todas as candidaturas deste âmbito, sendo certo que é um custo que não terá qualquer outra repercussão no futuro, estando como tal confinadas ao período de análise.

- O CSVH candidatou-se a vários projetos em 2023, nomeadamente a projetos do PT2030 e ao Portugal Inovação Social, projetos esses bastante sólidos e significativos, e que nos dão alguma garantia de sucesso, permitindo a sua concretização um fluxo de rendimento futuro para a sua implementação, à semelhança do que aconteceu com os projetos POISE no passado.

- O CSVH teve em 2021 e 2022 um gasto de IVA de 23% na empreitada do FelizMENTElar. Recorremos da aplicação da referida taxa para o CAAD, entendendo que a taxa a aplicar deveria ser de 6%, tendo o mesmo dado provimento ao nosso pedido a 16/10/2023, e sem que a Autoridade Tributária tenha recorrido posteriormente da decisão. Os montantes em causa são de 107.639,58€ de imposto e 7.531,19€ de juros compensatórios de 2021, valores que serão ressarcidos em breve e sobre os quais recaem juros indemnizatórios, e 214.444,38€ de imposto de 2022, objeto de reclamação graciosa intentada junto da AT.

A convergências de todos estes fatores permitirão em 2024 potenciar um equilíbrio operacional e financeiro reforçado, com bases seguras e identificadas, bastante distinto do de 2023.

Mas não podemos olhar para todos estes dados, que de facto permitem um volte face significativo nos resultados de 2023, e pensar que todos os problemas da instituição estão resolvidos, e pior, que não surgirão novos desafios no futuro.

É interessante o projeto global em que estamos inseridos, mas muito mais que despertar interesse social, importa que desperte responsabilidade, a começar na atuação do dia a dia.

2024 ficará marcado por um forte investimento da instituição em novas estruturas e respostas sociais, com a plena concretização e início de funcionamento do Clube dos Pequenos, com a quase plenitude dos trabalhos da Casa Mãe e o avançar dos trabalhos das Casas da Aldeia. Manda a prudência que não se abdique de olhar para os rendimentos e gastos como fonte de equilíbrio fundamental, e de uma gestão de tesouraria equilibrada, ponderada e sustentada, que não hipoteque o futuro da instituição.

Isto representará um nível de gasto superior, que não pode ser menosprezado e nem se reduz a uma condição e apreciação simplificada. Aumentarão inevitavelmente os gastos de financiamento, pela contratualização de novos financiamentos, embora aqui dependa muito a variação dos indexantes de crédito futuros a que o crédito bancário estará sujeito, assim como aumentarão os gastos com pessoal, e com a contratação de novos serviços. Por inerência aumentará também a receita.

Os dados positivos que se apresentam na primeira parte deste ponto são um importante fator de convergência para a sustentabilidade futura, mas não podem ser os únicos. Uma análise constante aos dados da instituição através de uma gestão eficiente, prevenindo problemas presentes e determinando problemas futuros, aliado à gestão inteligente e eficiente dos recursos e a uma renovação e procura incessante de fontes de receita, são predicados que não podem abandonar nem ser descurados no dia a dia do CSVH.

O futuro é exigente. Mas é exigente porque é um futuro inovador. Porque é um futuro em construção. Porque é um futuro que se quer ainda mais diferenciador e de referência. Porque é um futuro de intervenção decisiva na Economia Social, a qual queremos promover e trazer para a agenda mediática diária de todos os agentes públicos e privados.

04.9 - Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional da Segurança Social

A instituição não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, nem à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades Públicas.

04.10 - Factos Relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as atividades da empresa.

05. Conclusão

Em suma, não escamoteamos que 2023 fica, em termos de resultados, muito aquém do desejado, e daqueles que têm sido os indicadores da instituição ao longo dos anos anteriores.

O aumento da despesa é uma preocupação constante, e não menos importante a forma como conseguimos otimizar os recursos detidos e contratados, por forma a rentabilizá-los da melhor forma, obtendo com isso uma base de rendimentos sustentada, capaz de fazer frente ao nível de despesa necessário para levar a cabo a missão e âmbito da instituição.

Ter contas auditadas ao longo de todos estes anos é uma mais-valia de rigor e sustentação das mesmas. As contas espelham contabilisticamente, e de forma legal, a realidade da instituição em cada período, e mais do que aceitar os dados que daí resultam, deve ser levada a bom porto uma consciente e consistente estratégia para os desafios futuros, que se aproximem da sustentabilidade necessária, da credibilização constante da instituição e da garantia de que a gestão eficiente é aquele que opera numa ótica de responsabilidade transversal a vários exercícios económicos, não vivendo do presente nem de decisões ou ponderações de curto prazo.

2023 termina o exercício económico com um resultado negativo de 298.879,06€, como acima se deixou antever. Um resultado desta dimensão deve ser sempre âmbito de reflexão por parte de quem tem poder de decisão e obviamente que foram, e são tidos em conta todas as variantes que concorrem para a sua determinação.

Não o menosprezando, e não sendo o resultado esperado, está justificado pela ação operacional e de investimento da instituição. E independentemente do mesmo não se coadunar com a trajetória dos anos anteriores, ficou provada e identificada a componente casuística do mesmo, incapaz, só por si, de ter reflexo e hipotecar a estabilidade e capacidade financeira da instituição, que dia após dia vai tomando decisões para um crescimento e desenvolvimento cada vez mais sustentado e consolidado.

2023 tem a capacidade de nos demonstrar que as trajetórias de crescimento não são sinónimo direto de equilíbrio e sustentabilidade. Muito pelo contrário. O crescimento tem de ser objeto de um escrutínio metódico que permita identificar desvios de atuação ou lacunas de otimização, na busca de um equilíbrio essencial a um crescimento saudável da instituição.

Dar passos seguros numa trajetória ascendente é algo no qual estamos inteiramente focados ao dia de hoje, procurando com isso, de forma segura e exequível, afastar desequilíbrios operacionais e estruturais.

A construção de uma instituição global, quer do ponto de vista social quer geográfico, é fruto do trabalho e empenho da Direção e de todos os trabalhadores, que dia após dia dão o melhor de si na concretização de um projeto no qual acreditam, e com o qual se identificam.

Acreditamos veemente na trajetória que estamos a seguir, mas sobretudo na possibilidade de darmos um contributo socialmente eficaz às pessoas, para que estas encontrem no CSVH respostas seguras e eficazes para as suas reais necessidades, independentemente da sua condição social e pessoal, de maior ou menor dependência.

O futuro que temos pela frente é um futuro de aprendizagem, rigor e labor minucioso na conciliação dos vários fatores que convergem para uma construção sólida da instituição. Os desafios são exigentes e por vezes imprevisíveis, como o demonstra o resultado de 2023. Mas não sendo um resultado negativo estrutural e muito menos desprezado na gestão diária, estamos confiantes que o rumo até aqui traçado, e as metas que queremos atingir, são essenciais para **a construção de uma instituição socialmente inovadora, profícua e globalizante.**

Vale do Homem, 11 de março de 2024.

06. ANEXOS

- 1- RELATÓRIO E CONTAS
- 2- PROPOSTA DA DIREÇÃO
- 3- RELATÓRIO ANUAL DO CONTABILISTA CERTIFICADO
- 4- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS

1. Demonstrações financeiras

Centro Social do Vale do Homem

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	10 430 385,48	10 092 556,27
Ativos intangíveis		1 699,73	7 404,54
Investimentos financeiros	13.1	41 801,88	34 295,88
Outros créditos e Ativos não correntes	13.2	573 352,50	0,00
Subtotal		11 047 239,59	10 134 256,69
Ativo corrente			
Inventários	7	27 804,19	25 025,23
Créditos a receber	13.2	3 061 199,11	4 543 964,08
Estado e outros Entes Públicos	13.7	18 100,54	196 816,54
Diferimentos	13.3	9 169,65	6 023,42
Caixa e depósitos bancários	13.4	414 369,38	175 834,71
Subtotal		3 530 642,87	4 947 663,98
Total do Ativo		14 577 882,46	15 081 920,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.5	118,30	118,30
Resultados transitados	13.5	1 386 181,75	878 088,44
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	6 353 488,30	5 644 796,93
Resultado Líquido do período	13.5	(298 879,06)	507 978,12
Total dos fundos patrimoniais		7 440 909,29	7 030 981,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	5 358 626,59	5 796 973,03
Subtotal		5 358 626,59	5 796 973,03
Passivo corrente			
Fornecedores	13.6	39 362,70	10 789,01
Estado e outros Entes Públicos	13.7	1 925,70	56 234,94
Financiamentos obtidos	6	753 615,58	1 130 428,85
Diferimentos	13.3	113 305,56	187 072,91
Outros passivos correntes	13.8	870 137,04	869 440,14
Subtotal		1 778 346,58	2 253 965,85
Total do passivo		7 136 973,17	8 050 938,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 577 882,46	15 081 920,67

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	8	3 613 906,26	2 389 640,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9	196 883,60	824 668,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(373 478,31)	(266 049,49)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(774 546,38)	(441 661,97)
Gastos com o pessoal	11	(2 550 829,83)	(1 809 330,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	(40 862,00)	1 542,50
Outros rendimentos	13.10	211 020,41	159 180,79
Outros gastos	13.11	(3 171,35)	(47 900,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		278 922,40	810 090,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(315 860,87)	(208 422,85)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(36 938,47)	601 667,52
Juros e gastos similares suportados	13.12	(261 940,59)	(93 689,40)
Resultados antes de impostos		(298 879,06)	507 978,12
Imposto sobre o rendimento do período	10		
Resultado líquido do período		(298 879,06)	507 978,12

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	8	2 783 811,31	1 639 385,34
Subsídios, doações e legados à exploração	9	153 924,91	1 047 659,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(293 180,47)	(235 560,22)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(600 607,04)	(363 046,14)
Gastos com o pessoal	11	(2 003 917,85)	(1 528 884,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	(40 862,00)	1 542,50
Outros rendimentos	13.10	177 414,41	129 318,47
Outros gastos	13.11	(2 442,91)	(35 302,51)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		174 140,35	655 112,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(259 612,73)	(176 158,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(85 472,38)	478 953,61
Juros e gastos similares suportados	13.12	(209 920,79)	(77 621,67)
Resultados antes de impostos		(295 393,17)	401 331,94
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		(295 393,17)	401 331,94

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	8	445 856,43	158 368,22
Subsídios, doações e legados à exploração	9	34 264,41	285 579,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(48 552,18)	(29 159,02)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(77 226,90)	(61 832,68)
Gastos com o pessoal	11	(325 702,10)	(262 352,88)
Outros rendimentos	13.10	19 757,68	29 862,32
Outros gastos	13.11	(391,26)	(12 597,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48 006,08	107 867,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(43 030,47)	(32 263,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 975,61	75 604,11
Juros e gastos similares suportados	13.12	(31 350,69)	(16 067,73)
Resultados antes de impostos		(26 375,08)	59 536,38
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
Resultado líquido do período		(26 375,08)	59 536,38

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – CENTRO DE DIA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	63 377,60	20 047,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9	8 694,28	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(29 878,26)	(1 330,25)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(14 775,91)	(2 649,97)
Gastos com o pessoal	11	(54 734,27)	(10 855,98)
Outros rendimentos	13.10	13 848,32	0,00
Outros gastos	13.11	(55,62)	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(13 523,86)	5 210,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(13 217,67)	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(26 741,53)	5 210,80
Juros e gastos similares suportados	13.12	(20 669,11)	0,00
Resultados antes de impostos		(47 410,64)	5 210,80
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
Resultado líquido do período		(47 410,64)	5 210,80

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – CENTRO DE ESTIMULAÇÃO DA MENTE E SAÚDE

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	8	320 860,92	63 269,50
Subsídios, doações e legados à exploração	9	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(1 867,39)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(81 936,52)	(14 133,18)
Gastos com o pessoal	11	(166 475,60)	(7 237,32)
Outros rendimentos	13.10	0,00	0,00
Outros gastos	13.11	(281,57)	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70 299,83	41 899,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70 299,83	41 899,00
Juros e gastos similares suportados	13.12	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		70 299,83	41 899,00
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		70 299,83	41 899,00

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	ERPI	SAD	CD	CEM	PERÍODO	
						2023	2022
Vendas e serviços prestados		2 937 736,22	480 120,84	72 071,88	320 860,92	3 810 789,86	3 214 309,01
Custo das vendas e dos serviços prestados		(3 198 180,10)	(494 511,65)	(112 606,12)	(250 279,52)	(4 055 577,39)	(2 723 922,00)
Resultado bruto		(260 443,88)	(14 390,81)	(40 534,24)	70 581,40	(244 787,53)	490 387,01
Outros rendimentos		177 414,41	19 757,68	13 848,32	0,00	211 020,41	159 180,79
Outros gastos		(2 442,91)	(391,26)	(55,62)	(281,57)	(3 171,35)	(47 900,28)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(85 472,38)	4 975,61	(26 741,53)	70 299,83	(36 938,47)	601 667,52
Gastos de financiamento (líquidos)		(209 920,79)	(31 350,69)	(20 669,11)	0,00	(261 940,59)	(93 689,40)
Resultados antes de impostos		(295 393,17)	(26 375,08)	(47 410,64)	70 299,83	(298 879,06)	507 978,12
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		(295 393,17)	(26 375,08)	(47 410,64)	70 299,83	-298 879,06	507 978,12

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		3 269 469,85	2 040 252,48
Pagamento a fornecedores		(1 134 150,15)	(698 246,15)
Pagamentos ao pessoal		(1 673 799,96)	(1 091 788,52)
Caixa gerada pelas operações		461 519,74	250 217,81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		231 471,91	937 501,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		692 991,65	1 187 718,86
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(911 551,68)	(3 728 166,05)
<i>Ativos intangíveis</i>			(7 460,07)
<i>Investimentos financeiros</i>		(7 506,00)	(7 993,47)
<i>Outros Ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		1 541 701,00	240 236,80
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		622 643,32	(3 503 382,79)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		1 212 300,00	3 729 280,00
<i>Realizações de fundos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(2 027 459,71)	(1 886 435,17)
<i>Juros e gastos similares</i>		(261 940,59)	(93 689,40)
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções do fundo</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(1 077 100,30)	1 749 155,43
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		238 534,67	-566 508,50
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		175 834,71	742 343,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		414 369,38	175 834,71

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022
 MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	13.5	118,30	583 848,62	996 949,70	263 656,34	1 844 572,96	1 844 572,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.5		294 239,82	4 647 847,23	(263 656,34)	4 678 430,71	4 678 430,71
		0,00	294 239,82	4 647 847,23	(263 656,34)	4 678 430,71	4 678 430,71
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.5				507 978,12	507 978,12	507 978,12
RESULTADO INTEGRAL					244 321,78	5 186 408,83	5 186 408,83
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	13.5	118,30	878 088,44	5 644 796,93	507 978,12	7 030 981,79	7 030 981,79

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	13.5	118,30	878 088,44	5 644 796,93	507 978,12	7 030 981,79	7 030 981,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.5		508 093,31	708 691,37	(507 978,12)	708 806,56	708 806,56
		0,00	508 093,31	708 691,37	(507 978,12)	708 806,56	708 806,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.5				-298 879,06	-298 879,06	-298 879,06
RESULTADO EXTENSIVO					-806 857,18	409 927,50	409 927,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	13.5	118,30	1 386 181,75	6 353 488,30	-298 879,06	7 440 909,29	7 440 909,29

ANEXO

Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro para entidades do sector não lucrativo.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1. Identificação da Entidade

O “Centro Social do Vale do Homem (doravante designado por CSVH)”, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Registada na Direção Geral da Segurança Social, como IPSS, no Livro nº 12 das Associações de Solidariedade Social sob o nº 26/08, a fls. 16 verso e 17, em 5 de Março de 2008, com o NIF nº 507533208, com sede na Rua Francisco Sá Carneiro, 4730-260 Lanhas.

Tem como atividade o apoio a idosos através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário. Para além destas, que são as principais, faz também rastreios de saúde junto das juntas de freguesias (a atividade Vale do Homem com saúde). O centro de Estimulação da Mente, uma estrutura que pretende fazer chegar aos cidadãos do Vale do Homem cuidados diferenciados, sendo uma mais-valia para a nossa região e para todos os que nela habitam.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo

(NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso 8259/2015, de 29 de julho (inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro; e
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminadas nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de

maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- ✓ A natureza da reclassificação;
- ✓ A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- ✓ Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais e menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido, representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e preceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários que a entidade detém estão valorizados pelo custo de aquisição e destinam-se a contribuir par ao desenvolvimento da atividade, não estão diretamente relacionados com a capacidade dela gerar fluxos de caixa.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- ✓ Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- ✓ Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem como:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, retratando o valor realizável líquido.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- ✓ Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- ✓ Fundos acumulados e outros excedentes;
- ✓ Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.6. Estado e Outras Entes Públicas

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

3.2.7. Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços, juros decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em termos de prestações de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido na base da linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

Os pagamentos antecipados não reembolsados, recebidos dos utentes são reconhecidos em função da esperança média de vida. Para os utentes com idade média superior à esperança média de vida, os pagamentos antecipados são reconhecidos como rédito do período.

3.2.8. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3. Outras políticas contabilísticas relevantes

3.3.1. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para quais os riscos de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF ESNL, a entidade a utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis
- ✓ Registo de perdas por imparidade
- ✓ Estimativa de férias e subsídio de férias

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3.3. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

No decurso do ano de 2023 o CSVH alterou a política de contabilização referente às verbas provenientes dos acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social (as verbas recebidas da Segurança Social visam compartilhar parte da mensalidade devida pelo utente) para a conta 72 – prestação de serviços, sendo que até 2022 estavam a ser registadas na conta 75 – Subsídios. O ano de 2022 foi reexpresso em conformidade.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 (saldo em 01-Jan-2023) e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023				
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Redução	Saldo em 31-Dez-23
Custo				
Terrenos e recursos naturais	289 542,50	92 500,00	0,00	382 042,50
Edifícios e outras construções	8 935 148,20	39 293,74	85 037,57	8 889 404,37
Equipamento básico	537 715,54	48 660,93	0,00	586 376,47
Equipamento de transporte	189 208,21	196 211,25	0,00	385 419,46
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	69 075,16	5 079,88	0,00	74 155,04
Outros Ativos fixos tangíveis	186 902,37	16 445,68	0,00	203 348,05
Total	10 207 591,98	398 191,48	85 037,57	10 520 745,89
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	499 993,62	180 135,36	0,00	680 128,98
Equipamento básico	275 149,10	61 776,18	0,00	336 925,28
Equipamento de transporte	163 549,97	36 445,15	0,00	199 995,12
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	37 701,46	9 860,75	0,00	47 562,21
Outros Ativos fixos tangíveis	88 101,49	20 563,62	0,00	108 665,11
Total	1 064 495,64	308 781,06	0,00	1 373 276,70

31 de Dezembro de 2022				
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Redução	Saldo em 31-Dez-22
Custo				
Terrenos e recursos naturais	289 542,50		0,00	289 542,50
Edifícios e outras construções	4 473 885,80		0,00	8 935 148,20
Equipamento básico	397 019,98		0,00	537 715,54
Equipamento de transporte	178 208,21		0,00	189 208,21
Equipamento biológico	0,00		0,00	0,00
Equipamento administrativo	43 051,17		0,00	69 075,16
Outros Ativos fixos tangíveis	152 058,16		0,00	186 902,37
Total	5 533 765,82	4 673 826,16	0,00	10 207 591,98
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	388 048,29	111 945,33	0,00	499 993,62
Equipamento básico	229 012,38	46 136,72	0,00	275 149,10
Equipamento de transporte	147 247,25	16 302,72	0,00	163 549,97
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	30 206,35	7 495,11	0,00	37 701,46
Outros Ativos fixos tangíveis	69 107,47	18 994,02	0,00	88 101,49
Total	863 621,74	200 873,90	0,00	1 064 495,64

Na rubrica de edifícios e outras construções constam as obras de construção do ERPI FelizMENTELar que ascendem a 4.290.937,92€. O terreno onde foi construído este lar foi cedido em Outubro de 2019 pela freguesia de Gualtar, através do direito de superfície a título gratuito, pelo prazo de 60 anos (início em Outubro de 2019).

Sobre este direito de superfície existe uma hipoteca voluntária no valor de 2.170.000,00€ para garantia do empréstimo bancário contraído para a construção.

Em 31/12/2023 estão em curso os seguintes investimentos:

- ✓ Casa da Citânia: este projeto visa a criação das respostas sociais: USO - unidade socio-ocupacional, Residência de Apoio Moderado (RAMo) para a saúde mental e uma equipa de apoio ao domicílio especializado em saúde mental;
- ✓ Quinta do Senhor – Esta obra que se iniciou em finais de 2023 visa a requalificação do edifício e alteração dos espaços interiores que o compõem e a sua ampliação para a instalação das valências sociais de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) com capacidade para 30 utentes, e Residência de Autonomização para a Inclusão (RAI) destinado ao acolhimento de pessoas com deficiência com capacidade para 8 utentes e Eco-cohousing para apoio à 3ª Idade. Além do exposto, toda a envolvente ao edifício será dotada de recursos que permitam garantir não somente uma maior autonomia dos utentes, como também uma maior sustentabilidade de recursos da instituição.
- ✓ Edifício Gualtar – Creche - Esta obra que se iniciou em finais de 2023 visa a construção de um edifício de raiz para a instalação de uma creche inovadora na cidade de Braga, que funcionará em horário alargado, sem interrupções letivas ou período de férias. Este serviço está especialmente pensado para dar resposta a rotinas profissionais mais exigentes e atípicas, quando comparadas com o padrão comum de horário laboral, assegurando conciliação de vida pessoal e profissional. Terá capacidade para 84 vagas.
- ✓ O Terreno onde está a ser construída a creche foi cedido pelo Município de Braga, através do direito de superfície com início em dezembro de 2022, pelo prazo de 50 anos, com a condição de as obras a efetuar terem início no prazo de dois anos e estarem concluídas no prazo de cinco anos. Tem ainda cláusula de reversão a favor do Município de Braga, caso o sujeito ativo utilizar a parcela para outro fim.
- ✓ Edifício Alvito – Barcelos - Este projeto visa a construção de um edifício, que servirá de suporte a respostas sociais na área da deficiência: Residência de Autonomização para a Inclusão e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão. Está prevista também a inclusão nesse espaço do Museu “Rosa Pinheiro”.
- ✓ Ampliação Casa da Alegria - Este projeto visa ampliar o edifício da Casa da Alegria. A ampliação do edifício, aliada ao conhecimento adquirido e aos meios materiais e humanos existentes, permitirão engrandecer e consolidar as respostas sociais aí prestadas, como uma das mais significativas na área da demência a nível regional e nacional.

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01/jan/23	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/dez/23
Investimentos em curso				
Edifício Ponte S. Vicente - Casa da Citânia	170 369,52	25 050,75	0,00	195 420,27
Edifício Quinta do Senhor	222 811,50	90 214,54	0,00	313 026,04
Edifício Clube dos Pequenos	19 735,50	76 041,03	0,00	95 776,53
Edifício Alvito - Barcelos	494 348,42	55 681,59	0,00	550 030,01
Quinta do Senhor - Projeto Trevo	33 747,71	68 673,05	0,00	102 420,76
Edifício Casa da Alegria - Ampliação	8 447,28	17 795,40	0,00	26 242,68
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	949 459,93	333 456,36	0,00	1 282 916,29

Quantia escriturada líquida:

Descrição	2023	2022
Terrenos e recursos naturais	382 042,50	289 542,50
Edifícios e outras construções	8 209 275,39	8 435 154,58
Equipamento básico	249 451,19	262 566,44
Equipamento de transporte	185 424,34	25 658,24
Equipamento administrativo	26 592,83	31 373,70
Outros Ativos fixos tangíveis	94 682,94	98 800,88
Investimentos em curso	1 282 916,29	949 459,93
Total	10 430 385,48	10 092 556,27

Nas rubricas de terrenos, edifícios e outras construções constam prédios com a quantia escriturada líquida no valor de 8.644.068,19€, que se encontram hipotecadas a favor da CCA, MG e ST para garantia de empréstimos.

Existe ainda um ónus de não fracionamento de dez anos referente aos prédios U-529 (fim em 2031), U-530 (fim em 2031) e R-44 (fim em 2033).

6. Financiamentos Obtidos e custos e gastos de financiamentos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, com exceção dos juros dos financiamentos relativos às obras em cursos, cujos encargos do período da construção são capitalizados.

Relativamente ao Capital Investido:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	753 615,58	5 358 626,59	6 112 242,17	1 130 428,85	5 796 973,03	6 927 401,88
Total	753 615,58	5 358 626,59	6 112 242,17	1 130 428,85	5 796 973,03	6 927 401,88

Descrição	Capital	
	2023	2022
Até um ano	753 615,58	1 130 428,85
De um a cinco anos	2 865 831,51	3 220 934,76
Mais de cinco anos	2 492 795,08	2 576 038,27
Total	6 112 242,17	6 927 401,88

Relativamente aos Gastos de Financiamento:

Descrição	2023			2022		
	Juros	Outros Gastos	Total	Juros	Outros Gastos	Total
Gastos de Financiamento	249 371,43	12 569,16	261 940,59	79 169,90	14 519,50	93 689,40
Total	249 371,43	12 569,16	261 940,59	79 169,90	14 519,50	93 689,40

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Inventário em 31-Dez-2023
	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17 665,97	273 408,75	25 025,23	376 257,27	27 804,19
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			266 049,49		373 478,31
Variações nos inventários da produção			0,00		0,00

8. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços	3 613 906,26	2 389 640,10
Subsídios e Donativos	196 883,60	824 668,91
Outros Rendimentos	211 020,41	159 180,79
Total	4 021 810,27	3 373 489,80

Os valores provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social passaram, a partir de 2023 a ser contabilizados na rubrica de Prestação de Serviços. Até

31/12/2022 estas verbas eram registadas na rubrica de rendimentos Subsídios, Doações e Legados à Exploração. O ano de 2022 foi reexpresso em conformidade.

9. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a entidade tinha os seguintes valores nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros entes Públicos”, “Subsídios de Outras entidades e Doações”:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
Centro Distrital da Segurança Social	0,00	380 000,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	152 123,62	119 227,32
Subsídios de outras entidades	44 759,98	325 441,59
Outras Variações no capital próprio - Subsídios	0,00	0,00
Total	196 883,60	824 668,91

Os valores provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social passaram, a partir de 2023 a ser contabilizados na rubrica de Prestação de Serviços. Até 31/12/2022 estas verbas eram registadas na rubrica de rendimentos Subsídios, Doações e Legados à Exploração. O ano de 2022 foi reexpresso em conformidade.

Os subsídios do Instituto do Emprego e Formação Profissional referem-se às medidas de emprego em vigor para a contratação de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional. Encontram-se também registados os apoios a estágios profissionais. Estes subsídios são contabilizados nos subsídios à exploração.

Nos subsídios de outras entidades foram registados os seguintes subsídios:

- ✓ 16.730,24€ atribuídos pelo Município de Amares;
- ✓ 5.931,56€ proveniente da Fundação EDP, subsídio atribuído para efeitos da celebração de um leasing operacional
- ✓ 21.762,04€ provenientes do programa +COESO Emprego – Empreendedorismo Social.
- ✓ 336,14€ provenientes da ATAHCA (PDR2020-10.2.1.6-FEADER-092015) relativos ao projeto Renovação de Aldeias.

10. Imposto Sobre o Rendimento

As Instituições Particulares De Solidariedade Social são sujeitos passivos de IRC de acordo com o art.º 2 n.º 1 do CIRC, embora podendo, caso verifiquem as respetivas condições, beneficiar de isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Neste âmbito, a atividade do Centro Social do Vale do Homem que se enquadre nos respetivos fins estatutários está isenta de IRC, mesmo apresentando resultado positivo, não há qualquer Imposto a pagar.

11. Benefícios dos empregados

Os membros da direção na qualidade em causa não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	2 065 743,54	1 450 352,90
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	450 866,56	310 730,87
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	26 318,23	23 368,05
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	7 901,50	24 878,37
Total	2 550 829,83	1 809 330,19

O CSVH teve em 2023 uma média de 170 trabalhadores ao seu serviço, enquanto no ano de 2022 a média de trabalhadores era de 159.

O aumento registado em 2023 está relacionado com a arranque a do FelizMENTELar, sediado em Gualtar, Braga.

12. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos dos artigos 208 e 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários praticados pelo Revisor Oficial de contas, para o período de 2023, foram de 4.766,25€, com IVA incluído, e respeitam unicamente a serviços de revisão legal das contas.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Fundos Compensação do Trabalho - FCT	36 801,88	34 295,88
Norgarante	5 000,00	0,00
Total	41 801,88	34 295,88

O FCT aplica-se a todos os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, terminando a sua aplicabilidade em abril de 2023.

O montante atribuído à Norgarante corresponde à detenção de ações por via de empréstimo contratualizado com o Santander, que tinha aquela como Sociedade de Garantia Mútua para o financiamento e através do mesmo previa contrato de compra e venda de 5.000 ações a 1,00€ cada.

13.2. Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica créditos a receber encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c	8 293,25	18 529,93
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 413,13	1 874,72
Outros Devedores	3 620 845,23	4 523 559,43
Total	3 634 551,61	4 543 964,08
Cobrança Duvidosa de Clientes e Utentes	42.122,00	1 260,00
Descrição.	2023	2022
Perdas por Imparidade acumuladas de clientes e utentes c/c	42 122,00	1 260,00

Do montante considerado na rubrica “outros devedores” foi considerada a quantia de 573.353,50€ referente aos incentivos cujo prazo de execução ainda está a decorrer e que a direção estima que irá receber após o ano de 2024.

Na rubrica outros devedores constam essencialmente os valores relativos à aprovação das candidaturas no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3ª Geração (PARES 3.0) no montante de 261.474,50€ relativos à Casa da Alegria e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no montante global 2.973.174,00€, para apoiar as estruturas FelizMENTELar, Clube dos Pequenos e Quinta do Senhor.

Consta também a quantia de 115.170,77€ referente ao IVA, relativo a diferendo jurídico sobre a taxa de IVA aplicável às empreitadas de reabilitação urbana o FelizMENTELar.

O CSVH estava a considerar IVA à taxa de 6%, por entender que a construção do LAR se enquadrava no conceito de empreitadas de reabilitação urbana, no entanto, a Autoridade Tributária não concordou e procedeu à liquidação adicional em sede de IVA no valor de 215.279,15€.

O CSVH optou por pagar esta quantia, no entanto, no início de 2023, intentou ação judicial arbitral fiscal junto do Centro Arbitrário Administrativo (CAAD), distribuída sob o processo n.º2/2023-T, solicitando anulação total das liquidações adicionais de IVA e juros relativos, no valor de 222.810,34€, cuja decisão foi conhecida em outubro de 2023 e favorável ao CSVH.

No seguimento desta decisão favorável do CAAD, o CSVH procedeu a reclamação graciosa sobre o IVA das faturas emitidas em 2023 à taxa de 23%, onde reclama a devolução de 214.444,00€.

A rubrica de cobrança duvidosa de clientes e utentes contempla o reconhecimento em 2023 de um verba de 40.862,00€ relativa a uma dívida de um utente da Casa da Alegria, e consta de uma proposta de ação de processo comum de 14 de dezembro de 2023, correndo o processo termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, Juízo Local Cível de Vila Verde.

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer	9 169,65	6 023,42
Rendimentos a reconhecer	113 305,56	187 072,91

A rubrica rendimentos a reconhecer refere-se, essencialmente, aos apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito das medidas de apoio ao emprego (99.138,99€) e ao programa Fundação EDP de apoio ao renting de uma viatura (13.830,44€).

13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	10 449,33	1 513,98
Depósitos à ordem	403 920,05	174 320,73
Total	414 369,38	175 834,71

13.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	118,30	0,00	0,00	118,30
Resultados transitados	878 088,44	508 093,31	0,00	1 386 181,75
Outras variações nos fundos patrimoniais	5 644 796,93	839 171,42	(130 480,05)	6 353 488,30
Resultado líquido do período	507 978,12	0,00	(806 857,18)	(298 879,06)
Total	7 030 981,79	1 347 264,73	(937 337,23)	7 440 909,29

Na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” estão registados subsídios ao investimento no valor de 5.677.523,07€, relacionados essencialmente com as candidaturas do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3ª Geração (PARES 3.0) e do Plano de Recuperação Resiliência (PRR). Deste total, encontra-se investimento por realizar no montante de 2.133.443,00€, relacionado com a construção da creche em Gualtar e com

o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Residências de Autonomização para a Inclusão (RAI) na Quinta do Senhor, projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Prevemos a conclusão destas obras em 2024, no caso da primeira, e inícios de 2025 no caso da segunda.

Da mesma consta também o projeto “TREVO” que se destina a pessoas idosas e a grupos vulneráveis da sociedade (maioritariamente pessoas com deficiência), para que na sua interação nasça um conceito de empreendedorismo social e de base endógena, aliando as tradições às oportunidades socioprofissionais. Com este projeto pretende-se que estas pessoas se sintam integradas, promovendo a valorização pessoal, reforçando competências num processo transformador de empowerment e de inclusão na nossa sociedade. O desígnio é portanto o de promover através da economia sustentável e circular uma prática de envelhecimento positivo e integrador associado à capacitação/empoderamento de grupos vulneráveis da comunidade (maioritariamente pessoas com deficiência), de forma a ser desenvolvido um projeto empreendedor e que vislumbra a empregabilidade e sustentabilidade ambiental. Este projeto foi financiado em parte pelo BPI e Fundação “La Caixa”, que para o mesmo participaram com a verba de 30.000,00€

13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	39 362,70	10 789,01
Total	39 362,70	10 789,01

13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Ativo		
Descrição	2023	2022
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 441,76	196 816,54
Outros Impostos e Taxas	658,78	0,00
Total	18 100,54	196 816,54
Passivo		
Descrição	2023	2022
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1 925,70	8 636,57
Segurança Social	0,00	46 368,64
Outros Impostos e Taxas	0,00	1 229,73
Total	1 925,70	56 234,94

A rubrica “imposto sobre o valor acrescentado”, no ativo, refere-se ao IVA a restituir à IPSS ao abrigo do DL 84/20171 de 21 de julho, mediante pedido de restituição a efetuar.

13.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	149 775,01	0,00	119 698,87
Remunerações a pagar	0,00	149 775,01	0,00	119 698,87
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	373 889,06	0,00	343 463,00
Outros passivos correntes	0,00	346 472,97	0,00	406 278,27
Total	0,00	870 137,04	0,00	869 440,14

Na rubrica credores por acréscimos de gastos constam cerca de 373.889,06€ referente à estimativa de férias e subsídios e férias.

A rubrica de outros passivos correntes contempla, entre outras, as verbas provenientes dos adiantamentos dos utentes recebidas sob a forma de caução, e outras contas a receber e a pagar, nomeadamente as relativas a fornecedores de investimentos e restantes credores da instituição.

13.9. Fornecedores e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	103 768,18	34 041,97
Serviços especializados	465 859,37	234 861,30
Materiais	21 823,19	22 056,21
Energia e fluidos	121 835,24	114 664,00
Deslocações, estadas e transportes	12 695,17	3 986,57
Serviços diversos	48 565,23	32 051,92
Seguros	20 536,34	14 282,24
Comunicação	11 553,47	11 250,22
Outos Serviços	16 475,42	6 519,46
Total	774 546,38	441 661,97

O aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos esteve em 2023 relacionado em grande parte com a abertura do FelizMENTElar em outubro de 2022.

13.10. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	69 780,32	95 463,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	86,68	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	4 600,11	21,55
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	275,95
Imputação de subsídios ao investimento	112 582,86	59 960,29
Outros rendimentos e ganhos	23 970,44	3 459,98
Total	211 020,41	159 180,79

Na rubrica “Rendimentos suplementares” são registados os donativos.

A rubrica “Outros rendimentos” refere-se, essencialmente, a rendimentos provenientes de imputação de subsídios para investimentos.

13.11. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	651,54	3 455,44
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,03	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	16,28	58,92
Outros Gastos e Perdas	2 503,50	44 385,92
Total	3 171,35	47 900,28

13.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	249 371,43	79 169,90
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	12 569,16	14 519,50
Total	261 940,59	93 689,40
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	(261 940,59)	(93 689,40)

14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 11 de Março de 2024.

15. Conflitos armados - Cenário Global

As perspetivas económicas mundiais apresentam na atualidade um grau de incerteza substancial, sendo impossível avaliar para um futuro próximo a tendência dos indicadores económicos, e a necessária perspetiva de estabilidade. O conflito entre Rússia e Ucrânia tende

a perdurar, e com ele agudiza-se o cenário global, por si já bastante afetado desde a chegada da pandemia. Ao mesmo somou-se o conflito em Israel, trazendo para a agenda mediática cenários globais altamente complexos e com efeitos adversos significativos.

Este proliferar de conflitos locais, de âmbito global, têm um impacto significativo no dia a dia das empresas, instituições e da população em geral, sendo verdadeiramente desafiadores. Sentimos no dia a dia o galopar da inflação para níveis insustentáveis à manutenção do poder de compra, pagando mais caro por bens e serviços. E sentimos também os efeitos das medidas de controlo dessa inflação por parte das instituições bancárias, que regidas por diretrizes europeias têm levado os indexantes de financiamento a níveis preocupantes e cada vez mais insustentáveis, o que nos supõe uma fatura mais cara nos empréstimos detidos. Embora os indicadores tenham confluído num passado recente para um patamar inferior ao nível da proporção, e de maior estabilidade, a verdade é que não há garantias adquiridas para o futuro.

Cabe a cada instituição, e ao CSVH em particular, procurar forma de criar sustentabilidade orgânica e funcional capaz de fazer frente a adversidades externas, e de não hipotecar a sua continuidade e sustentabilidade em momento de maior tensão económico-financeira. A diversificação de fontes de receita e controlo de custos, tem mantido a atividade controlada e assim procuraremos continuar no futuro, procurando antever e debelar eficazmente qualquer efeito adverso.

16. Compromissos e Garantias

Hipotecas dos imóveis, nomeadamente:

- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-902 sita na Freguesia de Caldelas, Sequeiros e Paranhos a favor da Caixa de Crédito Agrícola para garantia integral do pagamento do financiamento de montante Inicial de 900.000€;
- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-529 sito na Freguesia de Lanhas a favor do Crédito Agrícola para garantia integral do pagamento do financiamento de montante inicial de 1.000.000,00€;
- ✓ Hipoteca voluntária sobre o direito de superfície do prédio U-3680 sito na Freguesia de Gualtar, a favor da Caixa Económica Montepio Geral para garantia de empréstimo no montante de 2.170.000€.
- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-506 sita na Freguesia de Lanhas a favor do Montepio Geral para garantia integral do pagamento do financiamento de montante Inicial de 1.750.000€;

- ✓ Hipoteca voluntária do prédio U-463 sita na Freguesia de Lanhas a favor do Santander para garantia integral do pagamento do financiamento de montante inicial de 1.122.000€;
- ✓ Sobre os prédios U-529 e U-530 existe o Ónus de não fracionamento pelo prazo de dez anos, com início em 22/12/2021. Existe também um Ónus de não fracionamento sobre o prédio R-44, pelo período de 10 anos, com início em 26/10/2023.

17. Aplicação dos resultados líquidos

O CSVH no período económico findo em 31 de dezembro de 2023 apresentou um resultado líquido negativo de 298.879,06€, propondo a sua aplicação em resultados transitados.

Vale do Homem, 11 de março de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado

PROPOSTA DA DIRECÇÃO

A Direcção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

- ✓ Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2023, bem como do Relatório e parecer do Contabilista Certificado (CC) e do Conselho Fiscal;
- ✓ Que os resultados obtidos negativos no montante de 298.879,06€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e nove euros e seis cêntimos), sejam transferidos para a conta de Fundo Social – Resultados Transitados;
- ✓ Voto de agradecimento para todos os Amigos e Entidades que se relacionaram com a Instituição;
- ✓ Voto de agradecimento aos Trabalhadores, Colaboradores e Voluntários, que de forma desinteressada contribuíram para o engrandecimento da Instituição, recordando aos que assim não procederam, que lhes devem seguir o exemplo;
- ✓ Voto de agradecimento a todos os Órgãos da Comunicação Social que acompanharam a vida da Instituição e a publicitaram.

Aprovado em reunião de Direcção realizada na sede do Centro Social do Vale do Homem em 11 de março de 2024.

RELATÓRIO ANUAL DO CONTABILISTA CERTIFICADO

Face à exigência legal das contas da IPSS, estas passaram a ser assinadas pelos Contabilistas Certificados (CC) com inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Dado que os Contabilistas são legalmente responsáveis pela regularidade técnica e fiscal das contas que assinam.

Dado que a detecção de irregularidades em contas assinadas por CC está sujeita aos estatutos da OCC para efeitos disciplinares.

As contas relativas ao exercício de 2023 foram preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso 8259/2015, de 29 de Julho (inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de Outubro
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

De entre outros, foram executados os seguintes procedimentos:

- 1) Organização e acompanhamento da gestão, em conformidade com os preceitos legais, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considere necessários;
- 2) Apreciação da adequação e consistência da gestão financeira adoptada pela Direção;
- 3) Execução em conformidade com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte, das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivos anexos, com as normas constantes supra descritas;
- 4) Execução de testes de conformidade julgados convenientes;
- 5) Execução e análise da informação financeira divulgada tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes:

- a) Execução e análise das conciliações das contas bancárias em nome do Centro Social do Vale do Homem;
- b) Execução, análise e teste de elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

Em consequência do trabalho efetuado, merecem aprovação o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respetivos mapas anexos, referentes ao período de 1 de janeiro a 31 de Dezembro de 2023 dado em meu entender, satisfazer os requisitos legais.

Quero salientar a disponibilidade e boa vontade demonstrada pelos funcionários e Direção, à informação necessária ao desempenho das minhas funções, fato que agradeço.

Vila Verde, 11 de março de 2024

Cidália Manuela Giesteira Pinheiro

CC: 65177

Aprovado em reunião ordinária da Assembleia Geral, realizada na sede do Centro Social do Vale do Homem, em 27 de março de 2024.

A Mesa da Assembleia Geral,

PARECER PRÉVIO

Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Aos Exmos. Senhores membros da Direção do **CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM**,

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do **CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM** (a Entidade), vimos apresentar um Parecer prévio sobre o Balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2023, que evidencia um total de balanço de 14.577.882 euros e um total dos fundos patrimoniais de 7.440.909 euros, incluindo um resultado líquido negativo de - 298.879 euros, e a Demonstração dos Resultados por Naturezas reportada à mesma data, que nos foram apresentados.

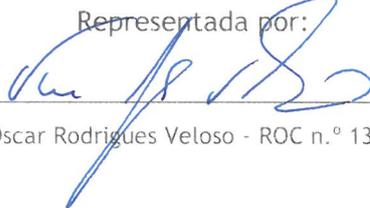
Através de contactos estabelecidos com a Direção e os Serviços Administrativos da Entidade, acompanhamos a atividade desenvolvida no período findo em 31 de dezembro de 2023, tendo procedido à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano e efetuado as análises julgadas convenientes, incluindo a obtenção de confirmações externas. Comprovámos também a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de Parecer favorável a que os documentos referidos no primeiro parágrafo (Balanço e Demonstração dos Resultados por Naturezas) sejam aprovados por parte da Direção.

Braga, 08 de março de 2024,

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por:



(Óscar Rodrigues Veloso - ROC n.º 1392)